COMPOSTO E IMPRESSO NAS OFICINAS DA TIP. LOUSANENSE—LOUSÃ

AFONSO DE ALBUQUERQUE

Gravura publicada na *Ásia Portuguesa*
de Manuel de Faria e Sousa, tomo 1.º, pág. 171

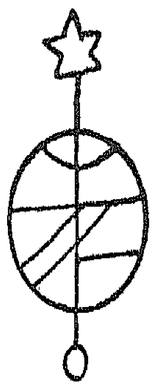
RENÉ BOUVIER

ALBUQUERQUE

Prefácio e Tradução

de

M. LOPES D'ALMEIDA



EDIÇÕES DA ESFERA

COIMBRA – 1937

DUAS PALAVRAS DO TRADUTOR

Acolhida com simpatia em Portugal a monografia do Sr. R. Bouvier, lembrou-nos que talvez não fôsse trabalho perdido fazer uma versão portuguesa. Acreditamos sinceramente que os leitores portugueses terão prazer em ler na sua própria língua o trabalho dum estrangeiro, que com elegância, delicadeza e conhecimento procurou interpretar a figura e dar balanço à obra dum dos maiores génios coloniais de todos os tempos.

Não vamos dizer que a tentativa ou ensaio do Sr. Bouvier seja definitivo, porque nem o autor o quere tentar com o seu processo de escrever a biografia de Afonso de Albuquerque. O seu trabalho pode filiar-se numa certa feição moderna de escrever a história – a que se chama « vulgarização » – tão característica duma época em que ao comum dos leitores se torna cada dia mais difícil a cultura verdadeiramente científica.

O Sr. Bouvier é um homem que tira alguns momentos às canseiras da sua vida de grande financeiro colonial, um dos maiores da moderna França, para os dedicar ao honesto estudo das figuras eminentes da literatura e da história peninsulares. Anteriormente a esta biografia de Albuquerque, publicara um volume sôbre Quevedo, *um dos maiores espíritos do século XVII, que a crítica recebeu com aplauso. Prepara agora um trabalho, uma tentativa também, digamos, sôbre o Infante de D. Henrique.*

Talvez que a figura grandiosa do nosso governador da

Índia se lhe tenha deparado durante o estudo dos problemas da colonização actual, como um génio capaz de largos e ambiciosos cometimentos e cuja obra pode constituir ainda hoje uma lição proveitosa. O que é certo, porém, é que não são muito vulgares em França os trabalhos desta natureza, sobretudo sôbre coisas ou personalidades de Portugal, e só por êste facto deve-se ao autor algum agradecimento.

À monografia do Sr. Bouvier referiram-se particularmente no nosso país os Srs. Drs. Agostinho de Campos (Comércio do Pôrto *de 11 de Dezembro de 1932) e Alfredo Pimenta* (Diário de Notícias *de 5 de Fevereiro de 1933). O primeiro qualificava-a de «uma bem informada e bem escrita monografia» acrescentando que «contribuirá para perpetuar, em França, na Europa e fora dela, a memória de um dos sete ou oito maiores fundadores de impérios que o mundo tem visto». O Sr. Dr. Alfredo Pimenta, sempre tão atento ao movimento geral da cultura em Portugal e lá fora, fez no seu artigo algumas correcções e louvou o autor pela sua «intenção e muitas das suas palavras». Essas correcções propostas fizeram-se agora no texto.*

Resta ainda dizer uma palavra sôbre a tradução: é despretenciosa, tem em vista apenas dar aos leitores portugueses e em português, o trabalho dum escritor estrangeiro cuja simpatia por Portugal e pelas suas glórias é bem manifesta nas páginas que se seguem. O tradutor procurou dar o original português das Cartas, *dos* Comentários, *ou outras fontes sempre que lhe foi possível fazer a identificação.*

Oxalá o trabalho do Sr. Bouvier não tenha desmerecido agora na sua tradução portuguesa.

Coimbra, 1933.

M. LOPES D'ALMEIDA

I

Portugal e a Índia no comêço do século XVI

1453! Os Turcos instalam-se em Constantinopla. O Islam retoma a ofensiva e o Mediterrâneo sofre uma recrudescência de actividade. Mais do que nunca, o Ocidente se mostra ávido dos ricos e raros produtos da Síria e das Índias que Jacques Coeur conseguira introduzir entre nós alguns anos antes, à custa de embaraçosas dificuldades, das quais, afinal de contas, devia ser a vítima.

Veneza, como se sabe, monopoliza êste comércio. Já riquíssima – a sua balança apresenta anualmente um saldo de mais de quatro milhões de ducados a seu favor –, dispõe de copiosas reservas que lhe permitem financiar operações comerciais cada vez mais extensas e mais distantes. Possui uma frota de 3.000 navios tripulados por 17.000 marinheiros, 45 galeras com 11.000 homens de equipagem e 16.000 operários trabalham nos seus arsenais. Instalou depósitos por tôda a parte, dirigidos por cônsules exercitados nos negócios e sòlidamente sustentados pelo seu crédito. As «relazioni» dêstes fornecem à República informes minuciosíssimos sôbre tôdas as possíveis ameaças de concorrência. As especiarias, os tecidos raros, os metais preciosos enchem os seus

armazéns, chegados por dois caminhos: um, via Ormuz e Golfo Pérsico, o outro via Adem e Mar Roxo, e as suas galeras distribuem em seguida a tôda a Europa os produtos dos trópicos, que ela revende com lucros enormes.

Ora, nêste mesmo momento entra bruscamente em cena um pequeno povo de 1.000:000 habitantes, parente pobre na Europa, que sofre de fomes periódicas, um povo que não conseguiu valorizar senão a décima parte do seu território e cujo Rei, necessitado em extremo. vende apenas em Bruges, além do sal, produto natural do país, símios e papagaios vindos da costa de África,

Os portugueses, afastados do Mediterrâneo pelas correntes contrárias de Gibraltar, voltados e como que empurrados para o Oceano, descobrem com efeito uma nova via, e conseguem atacar o Islam pelas costas graças a um dos mais gigantescos movimentos envolventes da história, cortando como a golpes de tesoura, os caminhos do Tigre e do Eufrates e o do Egito.

Será isto um lance fortuito sem futuro? Seríamos levados a acreditá-lo, dadas a insuficiência dos meios de execução e a extrema dificuldade da emprêsa. A viagem de ida e volta que exige mais de dois anos é das mais perigosas: brumas à partida, calmas tropicais, tempestades no Cabo da Boa Esperança, onde dominam as perigosas trombas tão magnìficamente descritas por Camões, e enfim a necessidade de regular pela monção as travessias do Oceano Índico e de esperar os ventos favoráveis.

Sem dúvida que para se guiarem teem cartas – êsses admiráveis portulanos pintados com tanto cuidado e amor como se fôssem missais, – a balestilha, o astrolábio, a bússola, documentação única reünida pelo

Infante D. Henrique, mestre da Ordem de Cristo, na sua fortaleza, biblioteca e laboratório de Sagres, construída sôbre a lomba dum rochedo que avança pelo mar dentro. Mas, a estrêla polar desaparece no horizonte passado o Equador, e torna-se necessário guiarem-se por estrêlas desconhecidas.

Não há navio que pareça capaz de levar a bom termo tal aventura. Em todo o caso, se as caravelas portuguesas de velas latinas podem em rigor realizar a viagem, serão muito fracas para comportar cargas remuneradoras.

Suponhamos, contudo, que êste pequeno país, à fôrça de coragem e de tenacidade, leva a bom termo semelhante projecto: a Sereníssima República em breve lançará contra êle os soberanos indianos e sobretudo os sultões do Egipto, cujo tesouro é principalmente alimentado pelos numerosos tributos que oneram as mercadorias à passagem.

Ora, a emprêsa não sòmente se realizou por completo, mas persistiu. Nalguns anos, esta cruzada, marítima e colonial, «que atirou para o mar profundo cavalo e cavaleiro», como se conta num velho poema, afastou totalmente os mouros do Oceano Índico, e os portugueses acabaram por assegurar o domínio completo de 15.000 quilómetros de costas, da África até Malaca. A posição inverteu-se inteiramente: de compradores e tributários de todos, transformam-se em vendedores e o seu país é o ponto de partida e já não a última escala dos produtos do Oriente. As ervas daninhas começam a aparecer nos canais de Veneza.

A princípio, a República não acredita no perigo, mas em breve tem de render-se à evidência. Em 1498,

os seus mercados compradores tinham quási o monopólio de tôda a pimenta que se encontrava em Alexandria, e o afluxo era tão considerável, que por vezes não tinham dinheiro suficiente para a pagar. Quatro anos depois, as suas galeras regressam quási vasias e o Soldão do Egipto, entretanto, reconhece que as suas receitas baixam de maneira inquietadora.

Contudo a Senhoria, em vez de bater em brecha, hesita, louvaminha e espia. O seu embaixador em Lisboa, convidado pelo Rei D. Manuel o Venturoso, assiste completamente desorientado ao regresso da frota de Cabral. D. Manuel encarrega-o, com áspera ironia, de anunciar a nova feliz aos seus compatriotas: graças a Portugal, já se não verão de-ora-àvante constrangidos a negociar com os discípulos de Mafoma, com aqueles infieis que ameaçam as suas feitorias de Corfú e do Mar Negro. Em breve Alexandria nada receberá, e, pelo contrário, aos venezianos será sempre reservado o melhor acolhimento na capital portuguesa. Os seus vastos armazéns guardarão de ora em diante tudo quanto a República possa desejar.

Então e só então, quando já é demasiado tarde, Veneza age com energia sôbre o Soldão: «Rebaixe os preços, diz-lhe, (riposte pelo «dumping», diriamos nós hoje). Renuncie momentâneamente aos lucros, a tôdas as taxas, venda ao desbarato, abata-os duma vez para sempre. Não poderão manter-se. Além disso, sabemos que as primeiras especiarias que alcançaram são de qualidade inferioríssima. Êles não sabem nada do negócio, foram enganados com a mercadoria, ei-los portanto desacreditados no mercado.»

Mas a expedições sucedem-se expedições. A nova

corrente comercial intensifica-se ainda. Surgem as ameaças. O Soldão do Egipto encarrega um religioso franciscano, superior do Monte Sinai, de prevenir o Papa Alexandre VI de que, se os portugueses se não retiram imediatamente do Oceano Índico, Jerusalém será destruída e tôdas as reliquias de Cristo apagadas até à última.

O Papa, que recebe a comunicação em pleno consistório, mostra-se profundamente comovido. Mas o rei D. Manuel sabe muito bem que a saída dos Cristãos dos Lugares Santos traria consigo a ruína nesse país do comércio egípcio, aliás já tão gravemente comprometido, tranqüiliza o Santo Padre e responde ao Califa: «Se um muçulmano dentre os teus súbditos tocar um só cabelo dum cristão de Jerusalém, irei eu mesmo a Meca com um exército de meus cavaleiros, apoderar-me do corpo do profeta e dispersar-lhe as cinzas ao vento».

Visto que Portugal não cede, que há a fazer? A guerra. E o Soldão decide-se. A frota egípcia surpreende em Chaul a dum môço herói, Lourenço de Almeida, filho do vice-rei da Índia, que alcançara há pouco um brilhante sucesso naval. A princípio a vitória pende a seu favor, mas uma nova frota vinda de Diu abate-o. Lourenço de Almeida cai na ponte com uma coxa quebrada; e, sentado junto ao mastro grande, comanda a manobra e agüenta os seus homens até que uma bala lhe atravessa o peito. Um pagem dedicado a quem uma flecha vazara um ôlho, dissimula o cadáver para evitar o desânimo, e cai por sua vez. O inimigo lança-se à abordagem pela quarta vez; a náu capitânia afunda-se e morrem 140 homens. Mas um ano depois o vice-rei vinga o filho e destrói a frota egípcia no

decorrer dum magnífico combate em Diu; o inimigo perde 4.000 homens e os mamelucos que guarneciam os navios egípcios deixam-se trucidar até ao último. Vibra-se assim o primeiro golpe decisivo no comércio, dos árabes, e, através dêles, na Sereníssima República.

*

* *

A vitória de Diu é a recompensa, o coroamento de mais de meio século de buscas e de explorações prosseguidas com admirável tenacidade a fim de contonar e vencer o obstáculo africano, e de atingir esta finalidade simultâneamente mística e comercial: a terra dos pagãos e das especiarias.

Desde o advento de D. João II, em 1481, a obra do Infante foi retomada com ardor. Bartolomeu Dias dobrou o Cabo das Tormentas em 1488, e dez anos depois, a 24 de Abril de 1498, Vasco da Gama entra na baía de Calicute.

Após as duas novas viagens de Cabral em 1501 e de João da Nova em 1501-1502, as mercadorias começam a afluir. O próprio Vasco da Gama, no inverno dêste último ano, bombardeia Calicute, enforca trinta e dois mouros nas vergas dos navios vingando assim a afronta da primeira viagem, e desfaz a primeira liga de soberanos locais. Em 1503, enfim, o futuro conquistador da Índia, Afonso d'Albuquerque, aparece pela vez primeira nas suas águas.

Vê-se que o ritmo se acelera singularmente à medida que a ideia de exploração, e depois a de conquista, se associam à de descobrimento. Em 1505, D. Manuel,

por conselho de Vasco da Gama, nomeado «almirante dos mares da Índia», sanciona êste novo objectivo ao mesmo tempo que decide manter permanentemente uma frota poderosa nas Índias: 22 navios e 1.500 soldados, *todos gente limpa em que entravam muitos fidalgos e moradores da Casa do Rei*, partem sob o comando de D. Francisco de Almeida que recebe o título de Vice-Rei da Índia.

O futuro vencedor de Diu instala de passagem uma base sólida em Quíloa, na costa de Moçambique, estabelece a sua capital em Cochim, e lança os alicerces duma fortaleza em Cananor. A despeito da sua desconfiança em relação aos estabelecimentos permanentes na terra firme, vê-se assim constrangido a ir mais além do que desejava. Quer queira, quer não, a ocupação começa e os conquistadores sucedem aos navegadores.

Que situação política e social se depara aos portugueses?

O poderio dos mongóis só se faz sentir então no norte da península. A costa do Malabar, fragmentada em diferentes estados rivais, nominalmente governados cada um por um rei, é na realidade um agregado de «nades» ou distritos confiados a príncipes hereditários, vassalos muitas vezes infiéis ao suzerano. A divisão em castas, o domínio em cada lugar do Conselho dos Anciãos, o predomínio da belicosa casta dos naires que continuamente põe em risco a autoridade real, tudo concorre para agravar ainda esta fragmentação de fôrças, a despeito da hegemonia sôbre todos os príncipes da costa teòricamente reconhecida, nesta data, ao Samorim de Calicute.

Demais, nenhuma intolerância religiosa lança os

hindus pròpriamente ditos contra os recém-chegados. As minorias religiosas, judaicas ou cristãs, gozam de largos privilégios.

Os «cristãos de S. Tomé», do nome do seu hipotético evangelizador, estão prontos a acolher de braços abertos os seus irmãos em Cristo.

Só um irredutível e poderoso adversário se apresta para barrar o caminho aos portugueses: o elemento muçulmano.

Desde que suplantaram os chineses no Oceano Índico, os muçulmanos deteem o monopólio absoluto do comércio, e todos os centros onde predominam são também grandes encruzilhadas do tráfico asiático. Ormuz, chave da Golfo Pérsico, «a pedra do anel do mundo», é, segundo um escritor persa de século XV, «sem igual na terra». Sem dúvida, a ilha que ela ocupa na proximidade do continente é estéril e sulfurosa; os víveres e a água são-lhe fornecidos pelas ilhas vizinhas e o gêlo chega nas caravanas vindas de trinta léguas do interior da Pérsia. Mas tornara-se o entrepôsto da Ásia inteira, até ao Turquestão, à China e à Tartária, e o pôrto de escala forçado para todos os viajantes destas paragens. Assim se fizera tão acolhedora, que a haviam baptizado a «mansão da tranqüilidade» sôbre a qual velavam atentamente o Sultão da Pérsia e as confrarias de mercadores muçulmanos, segurança para todos os fregueses e não para os rivais. A cidade é forte e saberá defender-se.

Ora, em Ormuz, graças à proximidade da Pérsia, os maometanos gozam duma influência preponderante. Cambaia, segundo mercado da costa do Malabar, encontra-se nas suas mãos.

Acontece o mesmo a Calicute, onde se concentra o essencial do tráfico com a Arábia e a África, onde do interior afluem os metais preciosos e as especiarias: canela, benjoim, âmbar, cânfora, perfumes, pimenta em quantidade. Aqui ainda o interêsse comercial bem entendido fez prevalecer hábitos de honestidade e de ordem, que afiançam o movimento regular dos negócios. Afóra o direito de 40 % sôbre as vendas, não há extorsão nem peitas. Um facto significatico o testemunha: quando um navio se encontra, na costa da Índia, impelido para outro pôrto que não aquele a que se destina, os habitantes confiscam-no sob pretexto de que o vento lho trouxera.

Mas todos os navios, donde quer que venham ou onde quer que vão, levados pelo vento a Calicute, são tratados como os outros e nada têm a temer. Os habitantes de Calicute são aliás marinheiros experimentados, chamam-lhes «filhos de chineses», e os piratas não ousam atacar-lhes os navios.

Calcula-se o número de muçulmanos em Calicute, segundo os autores, entre 5 e 15.000, tanto moplas ou indígenas convertidos, como estrangeiros, persas, árabes, egípcios, mogrebinos. Possuem duas mesquitas, um cadi, e desempenham papel importante na administração do país. Alguns, ricos e poderosos, sustentam frotas de 50 e 60 navios.

A situação é idêntica em todos os outros portos de menor envergadura: Dabul, Batecala, Cananor, Cochim, Coulão.

Vê-se que, se os portugueses quiserem ser bem sucedidos, terão de despojar pouco a pouco os maometanos; o convívio seria impossível. E, não é o

muçulmano, desde há séculos, o inimigo a quem foi preciso reconquistar duramente a terra natal, e contra o qual se não cessa de combater em África? A identidade, no espírito dos portugueses, entre o antigo e o novo adversário, traduz-se de maneira palpável pelo termo genérico de «mouros» que aplicam sem distinção de origem a todos os muçulmanos da Índia tanto como aos seus correligionários de África.

Esta situação põe em evidência qual a política ditada aos portugueses pela natureza do adversário e pelas posições que ocupa.

A luta sem tréguas contra o elemento de resistência comercial e de oposição religiosa, isto é, contra os maometanos, deve conjugar-se com uma política extremamente hábil e firme para com os indígenas que se aproveitam com a prosperidade muçulmana. É necessário dissociar êste feixe de interêsses e substituir uns sem alienar os outros.

*

* *

Se a missão é árdua, aos portugueses ao menos não faltam vantagens. Militarmente, a despeito da sua inacreditável inferioridade numérica, têm-nas, e muitas, sôbre as melhores tropas, mesmo as turcas, que lhes forem opostas. A artilharia portuguesa, cuja primeira aparição remonta ao fim do século XIV, é bem assistida e de qualidade excelente. As suas armas, mais sólidas, são manejadas com todo o vigor e destreza dum povo

experimentado há séculos numa guerra quási incessante contra o mesmo adversário. O vencido de Diu ou de Goa é, com pouca diferença, o de Seuta e de Arzila, o das longas lutas da Reconquista. Depois, êstes adversários amolecidos pelo clima tropical batem-se com uma raça conhecida pela resistência física, pela sobriedade e tenacidade no combate. Os muçulmanos – tudo é relativo – prestam mesmo homenagem à sua disciplina. Entre os portugueses, escreve o historiador ZINADIM, não há revoltas militares e nunca assassinaram os seus chefes.

Esta impressão de superioridade acresce ainda se compararmos as frotas que se defrontavam. Às pesadas embarcações destinadas ao transporte de grande tonelagem e à cabotagem ao longo das costas do Oceano Índico, opõem-se os diversos tipos de navios de alto mar, «náus» ou «caravelas», construídos para resistir às mais rudes travessias, e que os próprios venezianos, bons juízes na matéria, reputavam na época como os melhores da Europa. Contudo, egípcios e turcos puseram mais duma vez em linha contra as frotas portuguesas, esquadras cujo valor material nada cedia a estas. Foi devido à sua destreza na manobra, aos seus canhões de bronze que reduziam a silêncio os canhões de ferro do inimigo, enfim, à audácia das abordagens que os portugueses deveram então as suas brilhantes vitórias.

A história desta conquista abunda em rasgos homéricos. Duarte Pacheco com 150 portugueses e 500 indígenas resiste a 50.000 homens, e as suas duas caravelas acabam por levar a melhor dos 150 navios mouros que lhe são opostos pelo Samorim de Calicute. O filho do vice-rei, Lourenço de Almeida, com 11 navios – 3 náus, 5 caravelas, 2 galeras e 1 bergantim – antes do seu

revés, venceu a frota dêste mesmo Samorim composta de 80 navios de alto-bordo e de 120 embarcações de menor tonelagem. Bateram-se durante todo o dia, mesmo ao luar, e estas proezas, que relembram as do Cid, terminam pela fuga do sultão de Calicute, que perdeu 3.000 homens e metade dos seus navios.

Os sentimentos que animam os primeiros conquistadores, dos capitãis aos soldados, um terço dos quais se recrutava entre a nobreza, são a muitos respeitos os dos primeiros cruzados. A religião, sem dúvida instintiva e formalista, ocupa um lugar essencial na sua vida. Cem anos mais tarde, é certo que se atenuará singularmente. Não esqueçamos, com efeito, que os *Lusíadas*, a grande epopeia colonial portuguesa que data do fim do século XVI, não encerra uma oração nem um olhar místico dirigido ao céu cristão.

Um exemplo comovente dêste espírito religioso é-nos dado por Fernão Lopes, soldado de Albuquerque, que se havia passado ao inimigo e renegado a fé. Prêso pelos portugueses, cortam-lhe as orelhas e encarceram-no. Sôlto, parte com um escravo e virá a ser o primeiro habitante da ilha de Santa Helena onde abastece os navios de passagem. Não obstante, os remorsos não o deixam e resolve ir a Roma pedir perdão.

Absolvido pelo papa, regressa à sua ilha perdida para nela morrer. Eis uma penitência que nos transporta à Idade Média; êste vasto périplo de expiação evoca singularmente o do Cavaleiro de Barillet.

O mesmo acontece com os chefes. Para êstes, trata-se primeiro, antes de mercadejar, de propagar a religião de Cristo entre os pagãos «infectos de peste

muçulmana», de operar a junção com o misterioso império do Preste João, que vem a ser a Abissínia, de forçar o Mar Roxo, e, visto que Jerusalém está definitivamente perdida, de conquistar o túmulo de Maforna. Talvez mais ainda do que o fervor religioso, impulsiona-os o ódio ao Islam, o desejo de vingar os séculos de ocupação da sua pátria.

A princípio, não buscam realizar frutuosas transacções. Quando Gil Eanes regressa a Portugal em 1433, depois de ter entrado «no mar tenebroso» e dobrado o Cabo Bojador, conta ao Infante D. Henrique *como saira em a terra sem achar gẽte ou povoaçam algũa, e que lhe parecera muy fresca e graciosa: e que em sinal de nam ser tam esterele como as gẽtes diziam, trazia aly a sua merce em huũ barril cheo de terra, hũas hervas que se pareciam cõ outras que cá no reyno tem hũas flores a que chamã rosas de sancta Maria.*

D. Henrique, que antes de mais procurava saber «alguma coisa da terra dos Negros», que vivia como um monge e usava cilício, declarou-se satisfeito, sem duvidar de que esta modesta mensagem seria seguida de carregamentos que renderiam freqüentemente trezentas vezes o custo. Dizia êle aos mouros de Marrocos: «O Rei não veio até nós para fazer proveito, mas para servir a Deus e libertar os cristãos prisioneiros.» O próprio Vasco da Gama, ao abordar pela primeira vez à Índia, declara ao Samorim: «Chegados a estas paragens, não buscamos nem oiro nem prata, que o temos em profusão nas nossas minas de África e no leito dos nossos rios.» O que quere encontrar sobretudo são os reis cristãos.

A todos êstes nobres sentimentos juntam os portu-

gueses uma insaciável curiosidade pelos mundos novos que foram os primeiros a abordar. Referindo-se a D. Manuel, escreve Camões:

Estando já deitado no áureo leito,
Onde imaginações mais certas são,
Revolvendo contínuo no conceito
De seu ofício e sangue a obrigação,
Os olhos lhe ocupou o sono aceito,
Sem lhe desocupar o coração;
Porque, tanto que lasso se adormece,
Morfeu em várias formas lhe aparece.

Aqui se lhe apresenta que subia
Tam alto que tocava à prima Esfera,
Donde diante vários mundos via,
Nações de muita gente, estranha e fera.

A cada instante, os companheiros do Gama exclamam: «*Que gente será esta?... Que costumes, que Lei, que Rei teriam?*». Camões, faz dizer ao ilustre navegador:

Se os antigos Filósofos, que andaram
Tantas terras, por ver segredos delas,
As maravilhas que eu passei, passaram,
A tam diversos ventos dando as velas,
Que grandes escrituras que deixaram!
Que influição de signos e de estrêlas,
Que estranhezas, que grandes qualidades!
E tudo, sem mentir, puras verdades.

Mas êste efervescente entusiasmo, êste desejo de brilhar e de adquirir honras provocam terríveis competições. Os portugueses, como os franceses, não têm o sentimento da disciplina e da união. Facto curioso, partilham também connosco, a-pesar-da sua fanfarronice,

a singularidade de se julgarem severamente uns aos outros. Os subordinados não deixam de invejar os seus superiores, de opor à dêles a vontade própria, de recusar-lhes obediência, de exigir conselhos de guerra em que se discuta sem utilidade a aplicação das instruções reais. O orgulho nativo tem como expiação uma vaidade quási doentia, uma fúria de distinção que em breve conduz às rivalidades pessoais e à anarquia. Os companheiros de Almeida e de Albuquerque não são certamente homens vulgares, mas quão difíceis de conduzir! Só uma vontade de ferro poderá tirar o melhor partido das suas qualidades e contrabalançar o efeito dos seus perigosos defeitos com uma acção contínua, tenaz, isenta de ilusões e de arrebatamentos. Êste corpo demasiado fogoso, precisa de uma cabeça fria.

Esta cabeça será o rei D. Manuel, o Venturoso? Não, porque sintetiza em si, trazendo-as consigo no mais alto grau, as virtudes e os vícios do seu País. Faltam ao soberano a austeridade estoica e o sentido das realidades que fizeram a grandeza dos primeiros príncipes da dinastia, a rudeza campesina e o interêsse moral que se encontram em alguns dos seus melhores servidores. Nele tudo é excessivo: o orgulho, os desejos, as necessidades. Sem abandonar Marrocos, que absorveu já tantos homens e dinheiro, pretende conquistar e explorar os continentes novos cujo descobrimento coïncide milagrosamente com o seu reinado. A-pesar dum instinto desperto de comerciante, não se empenha no caminho dos sacrifícios necessários senão bruscamente, dispersando as suas fôrças e sem jàmais utilizar os meios requeridos. D. João II, ao morrer, havia aconselhado ao seu sucessor a mais estreita economia. Ora, as des-

pesas não cessam de crescer e, em 1497, o déficit previsto era de perto de quatro milhões de reais.

Feitas as contas, vê-se que a epopeia portuguesa se anuncia sob auspícios bastantes sombrios. Para que não seja uma aventura brilhante sem porvir, é necessário um homem incomparável, capaz de dominar pela imaginação, pela inteligência e pela vontade, um conjunto de responsabilidades complexas e esmagadoras. Êsse homem necessário e insubstituível foi Albuquerque.

Afonso de Albuquerque, o «terríbil», como lhe chama Camões, quási só, traído constantemente pelos seus capitãis e insuficientemente apoiado pelo Rei, amarrará sòlidamente o seu país às margens do Oceano Índico, e fechará os caminhos antigos garantindo a segurança das novas vias de comércio. A-pesar-de todos os erros cometidos pelos sucessores, êsse grande génio colonial, um dos mais poderosos da história, prender-se-á tão firmemente aos flancos da Ásia, que os portugueses só cento e vinte anos mais tarde serão desalojados pelos inglêses e pelos holandeses. Graças a Albuquerque, o Rei D. Manuel usurpou o título pomposo tomado prematuramente, desde os seus primeiros sucessos ainda bem incertos, de «senhor da conquista, da navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia».

A famosa bula papal de 8 de Janeiro de 1454, que dividia o mundo entre a Espanha e Portugal, terminava assim:

«De tal sorte que tôdas as conquistas já feitas ou a fazer, por estas presentes letras, são concedidas e atribuídas ao rei Afonso, ao Infante e aos seus sucessores, e que a conquista que se estende do Cabo Não e do Cabo Bojador a tôda a costa de Guiné e a todo

o Oriente, é perpètuamente e no futuro, propriedade soberana do rei Afonso.»

O mundo era tão grande neste tempo, que se reivindicavam por tratados continentes inteiros, antes de se terem descoberto. Foi porque Albuquerque fez sentir sua mão de ferro sôbre todo o Índico, e porque agiu ao mesmo tempo com a flexibilidade duma diplomacia activa e judiciosa, que esta bula não foi um lôgro.

II

As primeiras campanhas de Albuquerque

Afonso de Albuquerque nasceu perto de Lisboa em 1462. A sua família chamava-se na realidade Gonçalves de Gomide, mas seu avô, que desempenhava as funções de «escrivão da puridade» no reinado de D. João I, fundador da dinastia de Avis, tendo assassinado sua mulher num drama obscuro, foi decapitado e os descendentes renunciaram ao nome para tomar o da mãi.

Albuquerque tem sangue real nas veias; foi educado com o príncipe D. João, futuro sucessor de D. Afonso V. Estudou as matemáticas com êxito, e o latim, que parece conhecia bem, a avaliar pelas citações das *Cartas*.

Em 1476, na idade de 14 anos, toma parte na invasão da Espanha e na batalha do Toro, de que o Rei de Portugal, pretendente ao trono de Castela, e o seu adversário castelhano, se gabam igualmente de ter saído victoriosos. Serve em seguida em Arzila. Cinco anos depois, o seu amigo o príncipe D. João sobe ao trono e nomeia-o estribeiro-mór. Mas quando, em 1495, D. Manuel o Venturoso sucede a D. João II, a estrêla de Albuquerque empalidece; parte de novo para Arzila onde

leva uma vida de àlerta, de lutas contínuas e sem trégua contra os marroquinos, e durante uma sortida, seu irmão Martim morre-lhe ao lado.

Vê-se que desde muito cedo exercitou as armas em terra; a experiência militar que adquiriu assim revelar-se-á logo nos seus primeiros combates na Ásia. Falta-lhe tornar-se um bom marinheiro e as circunstâncias vão ajudá-lo. Com efeito, em 1503, é nomeado para fazer parte duma expedição à Índia na qual seguia também Duarte Pacheco. Albuquerque inspira bastante confiança para ser nomeado capitão de três navios ao mesmo tempo que seu irmão Francisco. Todavia, as instruções minuciosíssimas de que são portadores mantêm-nos estreitamente em subalternidade. O futuro governador tem de prestar ainda as suas provas.

Uma tempestade terrível dispersa-os. Reencontram-se em frente de Cochim, justamente no momento em que o rei da cidade, que permanecera fiel aos portugueses, vai sucumbir aos golpes do sultão de Calicute, o Samorim. Francisco, chegado em primeiro lugar, derrota as tropas do sultão que, refugiadas numa ilha, são definitivamente desalojadas pelo próprio Albuquerque. Pensa imediatamente em construir uma fortaleza, o que dá em resultado uma contenda com seu primo, que, bruscamente e a-pesar-das instruções recebidas, parte sem esperar por êle. Depois de ter nomeado um feitor e embarcado um frutuoso carregamento de especiarias, Albuquerque faz-se de novo ao mar e entra em Portugal a 16 de Julho de 1504, desembarcando dois belos cavalos persas, os primeiros que se viram no país. Duarte Pacheco, que ficara na Índia com três navios e algumas

centenas de homens, atacado pelo próprio Samorim que julgava poder abatê-lo fàcilmente, luta com um heroismo e uma habilidade que lhe valeram o sobrenome de «Aquiles lusitano», e desbarata o soberano de Calicute no decorrer de sete combates, acabando por esmagar-lhe completamente a frota.

Durante esta viagem, Albuquerque estudou com cuidado os homens e a terra, e logo traçou um programa que seguirá sem desfalecimento tôda a vida. Os incidentes que o opuzeram a seu primo fizeram-no ante-gozar o género de dificuldades que a indisciplina e a vaidade dos seus colaboradores semearão de-ora-àvante sem interrupção no seu caminho. Mas não é homem que perca a coragem por tão pouco. Desde o seu regresso que conversa largamente com o Rei àcêrca do seu «grande desígnio», e mais tarde, recordar-lhe-á essas conversações *«na camara de Lisboa, junto com a varanda, estando ahi a senhora Rainha e a senhora Infanta vossa filha, junto da vossa cadeira»*. Foi no decurso dessa troca de impressões íntimas que Albuquerque, pelo calor da sua imaginação, a elevação e a clareza das suas concepções ganhou a confiança do Rei, e se decidiu o futuro do Império português. A sua rápida e misteriosa ascensão, que lhe valeu ser preferido a Vasco da Gama – o qual não retomará a vida activa senão vinte anos mais tarde –, data dêste momento.

De novo em 1506 se decide a sua partida na companhia do célebre Tristão da Cunha, sob as ordens do qual vai como capitão. E desde então não voltará mais a Portugal. A despeito da sua «pobre sciencia de marinharia», chega ao cabo de Santo Agostinho antes do seu chefe. Contra os seus conselhos, Tristão da Cunha

pretende dobrar Madagascar pelo lado norte mas perseguido pelos ventos contrários tem de voltar atrás. Em Moçambique há algumas escaramuças, e Tristão da Cunha, ferido, faz-se armar cavaleiro, assim como seu filho Nuno, por Albuquerque. Singular destino o dêste homem que, mesmo quando não ocupa o primeiro lugar, mau grado os outros e a-pesar-de si mesmo, é impelido a agir como chefe.

Batida pelos ventos do deserto e quási privada de água, a frota arriba enfim, à inospitaleira Socotorá. Os portugueses supõem a ilha deserta, mas ela foi, pelo contrário, poderosamente fortificada pelos árabes que viram bem o seu valor estratégico à entrada do Mar Roxo. Êstes recusam render-se, o seu chefe é morto, mas num combate, o sobrinho de Albuquerque vê-se cercado. Os árabes iam cortar-lhe a cabeça, quando seu tio o salva. Tôda a guarnição é então exterminada, à excepção dum árabe bom piloto, de que necessitam. No dia seguinte, grande festa religiosa com procissão na mesquita trasformada em igreja de Nossa Senhora da Vitória e missa dita por um franciscano.

Albuquerque recebe o encargo de permanecer em Socotorá com seis navios, com víveres sòmente para quinze dias, a pólvora molhada, poucas armas e poucos aprestes, sem artífices nem bombardeiros; cento e cincoenta homens sofrem moléstia grave e misteriosa: situação trágica que faria sucumbir outro qualquer. Privado de tudo, adopta resolutamente uma política de temeridade e de prestígio que poderia parecer louca se não houvesse constantemente surtido efeito. O terror e a ostentação suprirão os meios que tantas vezes lhe escasseiam.

Trata-se de se impôr como o raio que brilha e queima.

Guiado pelo piloto Omar, cujo «roteiro» segue, navega ao longo da costa da Arábia, aonde virá abordar mais duas vezes e acabará por conhecer de cór, costa a que liga todo o interêsse e da qual desejará assegurar o domínio tôda a vida. Toma Curiate entre dois fogos, dizima a população, corta nariz e orelhas aos sobreviventes e espalha o terror por tôda a costa. Depois, dirige-se a Mascate. O sultão procura ganhar tempo; novo assalto, nova matança acompanhada dum incêndio formidável devido aos depósitos importantes de azeite e de melaço armazenados na cidade. Orfação, o pôrto seguinte, prevenido prepara-se para a defesa, mas os habitantes fogem deixando aberta uma porta da cidade. Tôda a população deserta ou morre. Só um velho chefe astuto escapa à matança lisonjeando Albuquerque, que compara a Alexandre; em troca dum livro persa sôbre o Conquistador recebe um vestido escarlate. A memória de Nearco e do seu périplo heróico está ainda presa a estas ribas; Albuquerque tem o sentimento de que a sua campanha é o eco da do grande marinheiro de Alexandre.

Por fim, atinge Ormuz. O rei fez enormes preparativos para resistir aos portugueses. Aos seis navios de Albuquerque opõe todos os barcos de comércio e outros mais ou menos equipados que se encontram então no pôrto, uma frota de sessenta navios de alto-bôrdo dotada duma equipagem ao menos numerosa senão exercitada, e de boa artilharia. Além disso, dispõe de dois grandes navios: um do príncipe de Cambaia, de oitocentas toneladas, guarnecido por quinhentos a seiscentos homens, e outro, o «Meri», enviado, completa-

mente armado, pelo rei de Cambaia. Juntem-se a isto duzentos galeões, armados cada um de grossas bombardas à prôa e «*arrombadas de facas de algodão tão altas que não pareciam os remeiros*». À volta dêstes navios andam pequenas barcas, guarnecidas por guerreiros protegidos por cotas de malha, armados de armas brancas, entre os quais se encontram numerosos archeiros.

Aparentemente, parece haver motivo para o mais temerário desanimar. Não importa! Albuquerque salva à cidade descarregando simultâneamente tôda a sua artilharia. Logo a seguir, envia ao Rei e seguinte mensagem:

> «Dize ao rey de Ormuz, que El Rey D. Manuel Rey de Portugal, e Senhor das Indias, desejando muito sua amizade, me mandou a este seu porto pera o servir com esta armada; que se elle quiser ser seu vassalo, e pagar-lhe tributo, que farei com elle pazes, e o servirei em tudo o que me mandar contra seus inimigos; e senão quiser, saiba que lhe ei de destruir toda esta armada, em que tem sua confiança, e tomar-lhe a Cidade por força de armas».

«Ilustre Senhor, responde o rei Ceifadim, o que pedis é injusto. Bem longe de pagar tributo, os reis de Ormuz exigem-no àqueles que vêm a seu pôrto. Se os portugueses se permitem a menor violência contra nós, à sua custa aprenderão que os habitantes de Ormuz podem defender-se melhor dos cafres ou negros miseráveis».

Os capitãis de Albuquerque, a-pesar-da sua coragem, ficam assombrados com a insuficiência dos seus meios de ataque e com as fôrças do adversário; reputam

a atitude do seu chefe «muito dura . . . muito sêca . . . inoportuna . . .».

> «Eu, senhores – diz-lhes Albuquerque – não sou homem pera acabar hum feito tão grande, como este, com dissimulações, e moralidades; mas como cavaleiro, e grande capitão executar as obrigações de meu regimento, como El Rey Nosso Senhor me he mandado, e por isso a fortuna se poderá acostar a qualquer parte que quiser, mas eu espero na paixão de Jesus Christo, em que tenho toda minha confiança, de quebrar a cabeça a estes Mouros, e fazer o seu Rey tributário del Rey Nosso Senhor, ou me hão de levar a cabeça nas mãos; e este he o melhor, e mais são conselho, que em tal caso, e tempo podemos tomar, pois estamos em lugar, que se não pode fazer outra cousa, e cada hum se vá pera a sua nao fazer prestes; e ouvindo hum tiro de bombarda, acuda, e faça o que me vir fazer».

Esta atitude enérgica desconcerta o ministro do sultão, Cogeatar, diplomata cauteloso e hábil, que encontraremos muitas vezes. Procura ganhar tempo. Albuquerque não hesita, bombardeia a frota; as suas baterias baixas, atirando ao nível da água, tomam de enfiada os navios indianos, despedaçados pelos pelouros. Depois de ter levado a melhor dos navios ligeiros, mete a pique o do príncipe e o «Meri». Em seguida incendeia a maior parte dos navios que restam; a cidade desaparece numa nuvem de fumo espesso e 180 navios que estavam em construção no pôrto são presa das chamas.

Ormuz arvora então a bandeira branca; a paz é assinada a trôco duma pesada contribuição de guerra. Um exemplar do tratado é gravado em árabe, a buril, sôbre uma fôlha de oiro, e outro em persa, a que são apostos

três sêlos de oiro. Dão-se grandes festas em honra dos portugueses, erguem-se sôbre o palácio do rei bandeiras de setim branco com a cruz e trocam-se presentes.

Timidamente, no fim de Outubro de 1507, o embaixador da Pérsia, que não ousa arriscar-se dentro da cidade, informa o sultão de Ormuz de que era tempo de pagar o tributo anual que deve ao xeque. Albuquerque encarrega-se de responder. Se o soberano de Ormuz pagasse tributo a outro, tirar-lhe-ia o govêrno e dá-lo-ia a alguém que não tivesse mêdo do xeque Ismael. Em seguida faz sair dos seus navios armas e munições, envia uma amostra ao soberano persa e manda-lhe dizer que «*aquela era a moeda em que el-rei de Portugal mandava aos seus capitães que lhe pagassem as pareas daquele reino, que estava debaixo do seu senhorio e mando!*».

No momento em que Albuquerque pode considerar êste sucesso como completo e duradoiro, topa com gravíssimas dificuldades. De acôrdo com o seu plano de acção, que realiza com método inflexível, começa desde o mês de Outubro a construir uma fortaleza em Ormuz, como havia feito em Cochim. Quatro dos seus capitães censuram-lhe violentamente a duração desta estadia, que reputam inútil, emquanto poderiam enriquecer com as presas numerosas do cruzeiro do Mar Roxo, e especialmente das paragens do Cabo Guardafui onde dominam as correntes contrárias, e onde a costa, dividida por dois cabos muito parecidos, desorienta os navegadores e multiplica os naufrágios. Albuquerque manda-os prender.

Por duas vezes os capitães protestam contra a construção duma fortaleza que não está conforme com as instruções do Rei, declarando-a absurda, que não há

homens bastantes para a guarnecer, e recriminando finalmente a rudeza do seu chefe.

É provável que haja alguma coisa de verdade nestas alegações. Albuquerque excedeu os seus poderes atacando Ormuz e procurando fixar-se ali? Teria recebido da parte do rei instruções secretas? Esta situação falsa explica talvez a violência da sua atitude. Rasga o primeiro requerimento e o segundo manda-o meter debaixo duma das portas da fortaleza, mandando que àquela porta se chamasse «porta do requerimento».

Então os capitãis não hesitam em fomentar a revolta. Compreende-se que Cogeatar, pôsto ao corrente dêstes desacôrdos, queira deles tirar partido imediato. Compra a pêso de oiro a defecção de dois colaboradores preciosos do seu inimigo, um fundidor experimentado e um hábil carpinteiro, na esperança de em breve ser capaz de opôr canhões de bronze à artilharia portuguesa, e navios mais bem construídos a essas naves tão fáceis de manobrar e tão bem talhadas de prôa que acabam de o esmagar. Em seguida são quatro artilheiros que desertam e que se recusa a entregar. É urgente acabar com isto.

Albuquerque sitia de novo a praça, ataca as tropas que defendem os poços e enche-os de cadáveres por duas vezes. O povo, duramente experimentado, obriga o rei a pedir a paz, mas Albuquerque recusa as condições oferecidas. Cogeatar consegue então tratar com os capitães, que abandonam o seu chefe e se fazem na volta de Cochim levando consigo uma grande parte dos víveres. Albuquerque vê-se obrigado a levantar o cêrco e decide não cortar as barbas enquanto não se vingar de Ormuz. «Espero remeter pessoalmente, escreve

ao rei, o tratado que fiz com o sultão. Vossa Alteza verá se sou eu capitão para ser abandonado na guerra por aqueles que marcham debaixo de minha bandeira e que puderam reconhecer em minha pessoa um chefe capaz de derrotar o inimigo.»

Êste primeiro revez não será o único. Chega a ser prodigioso, dado o mau estado da frota, a insuficiência dos efectivos e a importância do adversário, que não tenha sido mais completo e imediato. Só a insubordinação dos seus auxiliares, levada até à traição, venceu a política de audácia inaugurada pelo «terribil», política que se impunha aos portugueses à falta de outros meios, para estabelecer a sua hegemonia no Índico. Revez, aliás, muito relativo. O prestígio moral dos portugueses em vez de se comprometer, acresce com tais campanhas. É esta a primeira pancada vibrada sôbre o prego. Albuquerque voltará quando fôr necessário, e acabará por cravá-lo.

*

* *

Ao chegar à Índia, Albuquerque encontra o vice-rei D. Francisco de Almeida prevenido contra êle. Em Junho de 1508, abre-se inquérito contra o seu procedimento. Os capitãis declaram que antes querem passar ao inimigo do que servir sob as suas ordens; um secretário chega até a escrever que êle é mais perigoso para a Índia do que os turcos. Pensa-se em mandá-lo para Portugal a ferros; Almeida afirma que jámais entregará a Índia «a um louco que a arrastaria à perda». Francisco de Távora,

partidário de Almeida, desafia para um duelo um amigo fiel a Albuquerque, manda-o prender e envia-o à prisão com cadeias aos pés. Por fim chega a vez de Albuquerque ser preso e a casinha de madeira que habitava em Cochim é pisada e destruída completamente por um elefante. Com a maior paciência sofre tôdas as perseguições. Por fim a ordem que o nomeia governador da Índia é confirmada por D. Fernando Coutinho, Marechal do Reino, que chega de Portugal com quinze navios e três mil homens. Almeida cede, toma a missiva real, beija a, põe-na sôbre a cabeça em sinal de respeito e prepara-se para partir.

Os acasos da travessia preparam a Albuquerque uma vingança terrível. Almeida deixa Cochim a 20 de Novembro. No decorrer duma escaramuça na baía de Saldanha, próximo do Cabo da Boa Esperança, o vencedor da batalha naval de Diu é morto às frechadas por alguns cafres quando fazia aguada e morre aí com a quási totalidade dos seus homens, muitos dos quais iam a Portugal intrigar contra o novo governador.

Após tantas peripécias, eis Albuquerque «governador» da Índia; tal é, com efeito, o seu título. Circunstância misteriosa, nunca conseguirá obter o de «vice-rei».

Um novo revés marca a sua estreia, e não é mais responsável por êle do que pelos procedentes. O marechal D. Fernando Coutinho, seu sobrinho, que lhe trouxera a nomeação de governador, fôra encarregado pelo rei de conquistar Calicute. A despeito da importância política e comercial dêste grande centro, Albuquerque não deseja de maneira nenhuma reduzi-lo pela fôrça, por motivos que indicaremos mais adiante. Mas, naquêle momento, fôrça lhe é obedecer contra vontade às ordens de Lisboa,

dissimulando o melhor possível os seus temores e o vivo ressentimento que lhe inspira tal menospreço das suas prerogativas a favor dum homem mais novo e recém-chegado.

Em Janeiro de 1510, navega direito à cidade e conduz-se de forma a desembarcar em primeiro lugar. O marechal, furioso por ter sido precedido, declara desprezar êstes «negros da Índia que fogem como cabras», despe a armadura, e conduz as suas tropas na maior desordem, de bengala na mão. Oficiais e soldados debandam para pilhar mais à vontade o palácio do Samorim. Em breve, porém, se veem investidos por todos os lados por archeiros e atiradores; o marechal, vencido pelo número, recusa retirar e cai com vinte dos seus capitãis. Albuquerque, que não pudera evitar esta louca temeridade, ficou tão gravemente ferido no braço esquerdo que durante três anos não o pôde erguer. Todavia o sultão perdeu vinte navios, sem falar na afronta infligida à sua capital que ninguém antes ousara atacar.

*

* *

Abandôno de Ormuz, revés de Calicute: a sorte parece encarniçar-se contra Albuquerque, e comprazer-se em fazê-lo pagar as faltas de outrem. É-lhe precisa uma desforra imediata.

Pensa talvez em primeiro lugar em Ormuz, que jurou tomar, ou em Adem, no Mar Roxo, para ferir o Islam no coração. Mas, reflectindo, compreende logo que não é possível voltar costas à Índia após o revés de

Calicute; aliás, a posição de Cochim, centro actual da ocupação portuguesa, não lhe convém. Informa-se de Gôa, ilha bem situada, saída natural importante dum *hinterland* fácil de defender – e resolve-se a tomá-la. A derrota de Calicute é de 3 de Janeiro de 1510, e a 13 de Fevereiro está a caminho.

A 17 de Fevereiro de 1510, chega de improviso à cidade que toma de surpresa e nalgumas horas apodera-se de 100 canhões e 40 navios. Imediatamente, começa a construir uma fortaleza e manda cunhar moeda. Mas sente bem que êste sucesso demasiado fácil lhe reserva um duro porvir. Por isso procura contrair alianças para consolidar a sua posição, mas sem resultado: todos esperam o fim do contra-ataque que se prepara.

Em Maio, o Hidalcão expulso da sua capital, marcha sôbre ela com um exército avaliado em perto de 40.000 homens, entre os quais muitos turcos. As tropas indígenas desertam e Albuquerque é cercado na sua conquista. Apesar duma tempestade medonha, 300 turcos pela calada da noite, utilizando as embarcações que os portugueses se haviam descuidado de puxar para terra, conseguem penetrar na ilha de Goa. São chacinados. Durante esta diversão, dois mil turcos passam os bancos de areia que ligam a ilha à costa; descobertos, avançando dificilmente na vasa, são desbaratados por sua vez.

Contudo, os portugueses, vencidos pelo número, têm de retirar para a ilha transportando as cabeças dos inimigos mortos. Chega o momento das populações se revoltarem. Albuquerque lança fôgo aos quatro cantos da cidade, mata todos os indígenas que fogem ou

querem revoltar-se. Procura resguardar-se na cidadela onde espera resistir até ao fim, mas os seus capitãis pretendem alcançar os navios, e como êle se recusa a dar aos seus inimigos o espectáculo de tais divisões decide abandonar Goa. Manda embarcar tôda a gente: homens, mulheres, crianças, mercadores portugueses e as cativas indígenas. A armada, retida por ventos contrários, não pode deixar o pôrto. Posição perigosa, porque a inacção pode arrastar a uma catástrofe. Albuquerque decide tomar de assalto a fortaleza de Pangim. Naturalmente, os capitãis protestam e a equipagem murmura. É a renovação das angústias de Ormuz. Albuquerque

> «pera determinar como faria este negocio, mandou chamar os capitães, e disse-lhes, que elle tinha assentado, tanto que se vio fora de Goa, não travar mais escaramuças com os mouros, porque quem deixava os mouros de huma cidade tão nobre, como aquella, não se devia de contentar de andar ás frechadas com quatro negros; mas pois assi era, que a artilharia, que estava na fortaleza de Pangim, o obrigava a cometela, e lhe era forçado pelejar contra sua vontade, que lhes pedia por mercê, que lhe dissessem que maneira teria pera cometer este feito, porque elle determinado estava de o cometer; e porque neste conselho começou áver entre os capitães muitas differenças, e diversas determinações, quiz Afonso Dalboquerque atalhar a tudo antes que lhe respondessem, e disse, que ele não forçava ninguem a ser naquelle feito, que quem o quizesse seguir, tanto que ouvisse huma trombeta de Timoja, acudisse á sua náo, porque elle com poucos ou muitos, com aquelles que se achasse, determinava de ir cometer os mouros, que estavam na fortaleza, e com ajuda da Paixão de Nosso Senhor esperava de os levar nas mãos.»

Tôda a gente o segue. Ataque renhido, mas sucesso completo. Albuquerque consegue apoderar-se de tôda a artilharia, das reservas de víveres, e inflige ao inimigo 400 baixas. Do seu lado apenas teve um morto. O Hidalcão, furioso, lança contra a frota portuguesa brulotes e embarcações armadas de canhões, mas Albuquerque advertido, arma uma rêde com as vêrgas em frente dos navios e protege-os assim eficazmente.

Em Julho, o Hidalcão oferece-lhe, a título de transacção, a ribeira de Cintacora com suas terras e rendas e um imposto com a condição de renunciar a Goa, mas responde com a sua arrogância habitual: «Sou o senhor do mar e posso fechar êste rio de sorte que não entre mais água.» Em seguida, despede o mensageiro estupefacto.

Entretanto, o descontentamento e a desordem reinam na armada. Seguindo a sua táctica habitual, os muçulmanos, a coberto de negociações que sabem fazer arrastar longamente, esforçam-se por suscitar defecções e conseguem-no. Cada vez que vão a terra, os homens de Albuquerque têm sob os olhos o espectáculo desmoralizador da ostentosa opulência dos seus antigos camaradas que mal-dizem a sua fidelidade estéril. Albuquerque manda então um arcabuzeiro apunhalar um dêsses traidores impudentes à vista dos enviados do Hidalcão. Prevê-se o efeito moral produzido sôbre os assistentes por êste acto de selvagem energia. Mas a situação material agrava-se: a bordo morre-se de fome e algumas sortidas reabastecem muito mal a guarnição. Albuquerque decide-se então a reenviar uma parte dos doentes, e por sua vez, procura ganhar o mar alto com o resto da frota. Sai do passo a 15 de Agosto.

Êste homem de ferro não perde a coragem.

Reorganiza as fôrças, ajudado e sustentado nas operações pelos seus aliados indígenas, e também por estrangeiros. Em Outubro, reaparece em frente da cidade. O seu aliado Timoja reune-se-lhe por terra com 4000 homens. O sôgro dêste último quere à viva fôrça convidar Albuquerque, que aceita com a condição de a festa se realizar no mar. Os portugueses acorrem armados à entrevista, alegando não possuírem melhores vestidos do que os seus sabres e ser necessário que o rei os visse em traje de guerra. Timoja fingiu-se encantado, a-pesar-de compreender muito bem o Governador. É que de facto não confiava em seu sôgro . . . nem talvez nêle próprio.

Albuquerque em seguida prepara o ataque. Dispondo duma armada de 23 velas guarnecidas por 2.000 portugueses, tem na sua frente 4.000 homens entre os quais há turcos e mesmo russos. No canal os portugueses enfrentam numerosos obstáculos e especialmente barcas carregadas de pedras. Durante as evoluções, a artilharia turca ataca-os violentamente, mas pouco a pouco destrói os seus próprios obstáculos, e em pequenas embarcações grupos ousados aproximam-se da fortaleza. À noite, um reconhecimento revela que esta está bem guarnecida de artilharia e a guarnição jurou morrer no seu pôsto.

Os capitãis portugueses queriam carregar directamente sôbre a fortaleza. Albuquerque forma três grupos: dois marcharão sôbre o objectivo principal para fixar o inimigo, o grupo de reserva manobrará e procurará envolvê-lo. O primeiro atacará a linha de bastiões no ponto de junção com a fortaleza, e o segundo

atacará esta linha permanecendo em ligação com os navios. A 25 de Novembro de 1510, dia de Santa Catarina, inicia-se o ataque. Para evitar serem envolvidos, os turcos recuam ràpidamente para a fortaleza, donde fazem uma sortida brilhante lançando no combate uma reserva de 400 soldados de infantaria e 100 cavaleiros.

A linha portuguesa corre risco de romper-se; os grupos de ataque vêem-se por um momento separados, perigo grave que é preciso evitar a todo o custo. Albuquerque lança-se então impetuosamente no combate, põe em desordem os turcos, toma-lhes os cavalos, persegue-os. Porém, recordando o desastre de Calicute, não se interna nos arrabaldes, instala-se na fortaleza molestando o adversário com sortidas. Êste vê a partida perdida; a confusão reina nas suas fileiras. Albuquerque invade por fim a cidade e as suas represálias são impiedosas.

> «Senhor, escreve êle ao Rei, eu tomei Goa, porque vossa alteza mo mandou, e o marichal o trazia em sua instrução, e tambem o fiz por ser cabeça principal da liga que estava feita, pera nos botarem fóra da India, e se a armada, que os turcos tinham feito no rio de Goa, (com muita gente, artelharia, e armas, que pera este negocio tinham) fora ávante, e neste tempo viera a dos rumes, porque esperavam, não duvidára perder-se tudo».

Albuquerque deu um exemplo terrível:

> «Na tomada de goa e desbarato de suas estamcyas e emtrada da fortaleza noso senhor fez muyto por nós, porqe quis que acabasemos huum feito tam gramde e milhor do qe nós poderamos pedir: aly falecêrão passante de trezemtos turqos, e daly até o paso de banastary e

de gomdaly per eses camynhos jaziam muytos mortos quescaparam ferydos e cayam aly, e outros muitos se afogaram à passagem do Rio e muitos cavalos: despois queimei a cydade e trouxe tudo à espadaa, e per qatro dias comtinuadamente a vossa gente ffez samgue nelles; por omde qer que os podiamos achaar, nom se dava vida a nenhum mouro, e emchiam as mezquitas delles e punhamle o fogo: aos lavradoẽes da terra e bramenes mandei que nam matassem: achamos per conta serem mortas seis mill almas mouros e mouras: foy, senhor, hum feito muy grande, bem pelejado e bem acabado, e afora ser goa hũua tam gramde cousa e tam principall, aymda se cá nom tomou vingança de treição e malldade que os mouros fizesem a vosa allteza e a vosas gentes, senão este, o qal soará em toda parte, e com este temor e espamto fará vir gramdes cousas à vossa obediencia, sem nas comquystardes, e as senhoreardes: nam farám malldade, sabendo que tem a paga mui prestes.

Allgums gentios homens principaes, a que os turquos tem tomado suas terras, sabendo a destruição de gooa, decêram da sera onde estam Recolhidos, e vieram em mynha ajudaa e tomárão os passos e camynhos, e todolos mouros que escaparam de goa trouxeram à espada, e nom deram vida a viva creatura. Roubaram gramde aveer, porque tomárão todo o dinheiro do pagamento dos soldos quescapou de goa, e matárão hum turqo homem primcipall que o levava, que era thesoureyro: nehũa sepoltura nem ydifycio de mouros nom deixo em pee; os que agora tomam vivos, mando os assar: tomaram aquy hum arrenegado, e mandeio queimar.

A determinação em que fiqo, he nom deixar viver mouro em goa, nem emtrar nela, soomente gentios, e deixar gemte por agora aquela que me bem parecer e algums navios, e com outra armada hir ver o mar Roxo e hurmuz e o mais que tenho escrito a vossa alteza, se a nosso senhor aprouver.»

O sucesso foi decisivo e todo o Índico abalado.

*

* *

Dir-se-ia que êste primeiro triunfo duradoiro lhe não despertou senão o gôsto. Apenas tomada Goa, decide-se a tentar uma aventura bem mais arriscada. Com efeito, voltando costas a esta conquista de tão fresca data ainda, atravessa todo o Golfo de Bengala e vai pôr cêrco, a dois mil quilómetros de distância, à cidade de Malaca, onde os comerciantes portugueses tinham começado a fixar-se, mas onde sofrem contínuas vexações da parte dos muçulmanos.

Para dizer a verdade, é levado a isso pela acção directa do rei que acaba de enviar quatro maus navios comandados por Diogo Mendes de Vasconcelos para empreender a conquista desta cidade. Albuquerque não quere entregar a outro o comando da expedição, talvez porque só êle se julga talhado para a levar a bom termo; em todo o caso, já vimos que não quere partilhar o poder e as honras com ninguém. Escarnece dos «*quatro navios podres e duas espadas ferrugentas*» de Diogo Mendes e pede-lhe que lhe entregue os seus navios. Êste, em resposta, faz-se ao mar; Albuquerque obriga-o a voltar, enforca dois dos seus pilotos e resolve reenviá-lo para Portugal para ser julgado.

Há da sua parte abuso de autoridade, desobediência ao Rei, e é muito provável que a atitude agressiva de Albuquerque nesta circunstância contribuísse para lhe alienar a confiança de D. Manuel e para a sua desgraça.

A 20 de Abril de 1511, depois de ter reconstituído a armada e preparado com cuidado a expedição, faz-se

ao mar com 18 navios, 800 soldados brancos e 200 auxiliares malabares. Chega defronte de Malaca a 1 de Julho e exige imediatamente que o sultão lhe entregue os prisioneiros portugueses e restabeleça a feitoria. A resposta é negativa. Albuquerque resolve-se a atacar, mas manda prevenir primeiro os prisioneiros de que ficam expostos a represálias. Êstes respondem nobremente que é seu dever morrer por Deus e pelo Rei, e que, se quere começar as hostilidades, o faça imediatamente e de surpresa. Por momentos, parece que o conflito poderá ser resolvido por um compromisso, mas Albuquerque apercebe-se de repente de que o sultão só procura ganhar tempo até à monção que lhe impedirá o regresso à Índia.

A 24 de Julho, dia de S. Tiago, Albuquerque dá o assalto à ponte que une as duas partes da cidade. O rei e seu filho contra-atacam carregando à frente as suas tropas, montados em elefantes, mas êstes, feridos pelos portugueses que sabem atingi-los na tromba, voltam-se contra os próprios cornacas e espalham a desordem nas tropas malaias. Albuquerque fica senhor da ponte, mas o esgotamento dos seus homens obriga-o a evacuá-la durante a noite. Após alguns dias de repouso, a 15 de Agosto, de novo se apodera dela, inflige pesadas perdas aos defensores e entrincheira-se fortemente. Consolidada a sua posição com a limpeza das ruas adjacentes, iça os canhões sôbre a mesquita e sôbre o telhado das casas, e após sete dias de combate, emfim, a cidade cai-lhe nas mãos com um enorme despojo. O rei foge e vai implorar a protecção da China.

Assim, com 1.000 homens, Albuquerque conquistou uma cidade de 100.000 habitantes, defendida por 30.000

guerreiros malaios bem armados. A fortaleza que se apressou a construir, impondo aos indígenas o trabalho forçado para mais depressa a acabar, ostentará durante mais dum século a bandeira portuguesa, pois só sucumbirá aos ataques dos holandeses em 1641. Mesmo nas suas emprêsas mais temerárias, Albuquerque sabe ver ao longe e edificar para o porvir. Afinal, muito satisfeito com a sua conquista, fala dela com prazer: «*logar de bons ares, muitas águas, em que há laranjeiras e limoeiros e parreiras de boas uvas e comi-as eu e muitas fructas da terra!*».

A sua actividade febril não se gasta muito tempo em tais comprovações. Trata-se imediatamente de lançar os tentáculos mais longe e de aproveitar esta posição para reconhecer primeiro e drenar a actividade de regiões mais distantes. Albuquerque envia um embaixador ao rei de Sião com uma carta e uma espada, e o rei, em troca, manda-lhe os seus protestos de amizade e para D. Manuel um anel com rubis, uma corôa e uma espada de oiro.

Despacha igualmente embaixadores para junto dos reis de Campar, de Pegu, de Java e de Cochinchina, e por fim, manda explorar as Malucas donde veem o cravo e a noz moscada. É provável que Magalhãis tenha tomado parte nesta expedição dirigida por António de Abreu.

Carregado de despojos volta à Índia em Dezembro de 1511, mas a sua armada é dispersa por uma terrível tempestade e a náu capitânia, a «Flor de la Mar», afunda-se com tôda a sua carregação, excepto os presentes do rei de Sião e uma pequena escrava que Albuquerque salva êle próprio, no último extremo.

*

* *

Na ausência, todos os seus inimigos trabalham contra êle, fazendo correr o boato da sua morte. Os feitores levaram a sua actividade maléfica até à *sabotage* sistemática: deixaram apodrecer e queimaram depois os navios que Albuquerque lhes havia confiado para concertar. O próprio Diogo Mendes, que êle mandara prender para o remeter a Lisboa, foi escolhido por unanimidade para comandar a fortaleza de Goa, e deixou-se iludir pelo inimigo, nêste caso o temível Hidalcão, o qual estabeleceu entendimentos dentro da praça e mandou ocupar por um dos seus capitãis a fortaleza de Benastarim que domina a ilha.

Mais uma vez parece que é preciso recomeçar. Albuquerque não hesita um instante: carrega sôbre a fortaleza. A sua carta ao Rei, de 23 de Novembro de 1512, narra pormenorizadamente as operações.

Albuquerque desembarca as tropas de ataque e leva os navios para o passo com tôda a sua artilharia para cortar o abastecimento aos sitiados. Reduz ao mínimo a equipagem para diminuir as perdas, recusando mesmo os voluntários, e começa por habituar os seus homens ao fogo dos turcos; as suas balas de pedra, maiores que as dos portugueses, varrem os navios de lés a lés e por cada duzentos tiros de bombarda grossa não há dez que errem o alvo. Mas Albuquerque, que tem os seus homens perfeitamente na mão, aproxima-se cada vez mais do forte, aparelha uma «barca», manda abrir nela uma larga abertura onde coloca um poderoso

canhão de «tiro mui furioso», e guarnece-a dalguns homens e de um oficial que de noite vão postar-se defronte da artilharia grossa. Esta embarcação reduz a silêncio a principal bombarda, matando todos os renegados que a serviam.

Passam-se dois dias sem que seja possível avançar. Quando recomeçam as hostilidades, um dos seus navios, o «Rosairo», quási vai ao fundo; o fogo saltou em três barris de pólvora que tinha na prôa e tôda a gente se lança ao mar salvo o capitão. Os turcos exultam e fazem soar as trombetas. Albuquerque salta então sòsinho numa barca e dirige violentas recriminações aos fugitivos. «*Os marinheiros tomaram esfôrço quando viram minha pessoa, e ousaram de volver ao navio, e a noso senhor lhe aprouve de apagar o fogo de todo, de que fiquei o mais espantado homem do mundo.*» Depois foi a vez da nau «Malabar» ficar prestes a afundar-se. Albuquerque manda evacuar a guarnição portuguesa, reúne os mercenários indígenas, manda esgotar a água, calafetar as fendas e recuar de noite o navio que assim se salva. Entretanto, a superioridade da artilharia portuguesa faz-se sentir progressivamente e as fortificações sofrem graves estragos. Nenhum turco ousa já mostrar-se.

Albuquerque, bem sucedido neste primeiro ataque de frente pelo estreito, envia navios ligeiros para tomar o forte pelo lado oposto. Os seus capitãis dão provas da maior coragem: «*estavam pegados com o baluarte quanto seria um jôgo de bola*». Os turcos lançam então duas estacadas sôbre a ribeira para receber os reforços. Por uma manobra arriscada, Albuquerque consegue colocá-los sob o seu fogo, faz saltar de noite uma das estacadas e lança um navio entre elas.

Trata-se agora de fechar completamente o cêrco aos fortes. Albuquerque passa a Goa onde encontra «*todalas couzas ordenadas e artelharia concertada, que comnosco avia de ser no feito, e a gente toda bem confessada e bem comungada*». Entrementes, os turcos por seu lado completaram os seus efectivos: têm agora 3.000 combatentes, 3.000 não combatentes, 100 fuzileiros de refôrço chegados antes da ruptura da estacada e 300 cavalos. O inimigo tenta então uma sortida e oferece aos portugueses o combate em campo raso. Albuquerque reputa a sua infantaria muito pesada para opôr à dos turcos, mais «despejada e ligeira», mas o entusiasmo que êle próprio inspirou aos seus passa por cima de tudo. Resolve-se o ataque e a carga é de tal ordem, que os turcos têm de retirar ràpidamente, e a retirada volve-se em derrota agravada pelo desembarque das guarnições da armada.

Recolhidos na fortaleza, defendem-na com vigor, precipitando da muralha abaixo os primeiros assaltantes. Os cavalos, que ficaram para traz, espantam-se e lançam a desordem nas fileiras portuguesas. Por falta de escadas é impossível tentar a escalada, mas as tropas portuguesas, galvanizadas, recusam obedecer a duas ordens sucessivas.

Estupefacto com a audácia dos seus homens, Albuquerque não lhes poupa elogios: «*e certifico a vossa alteza que elles foram mais vezes repreendidos e castigados de mim por não segurarem suas pessoas e vidas do perigo de artilharia dos mouros e quererem andar por cima das guaritas das naus e lugares perigosos, do que ninguem os poderia acusar de froixos.*» Arma cavaleiros todos os oficiais dos navios, mas continuando a sua política de

prudência, não consente que os seus homens tentem o ataque. Prefere esperar algum tempo até que os sitiados sejam levados ao desespêro. Cálculo justo, porque êstes decidem-se a capitular e a sua saída faz-se numa desordem tremenda: muitos caem ao mar e afogam-se. Era tempo, porque uma forte coluna de refôrço aprestava-se para transpôr o estreito sob o comando dum dos capitãis do Hidalcão.

Foi êste sem dúvida um dos mais belos feitos de armas de Albuquerque, obra prima de táctica simultâneamente audaciosa e prudente. Sabe escolher o momento, medita as manobras, economiza as fôrças, equilibra as acções em terra e no mar sem nunca se deixar cegar pelo entusiasmo nem enfadar com os obstáculos. Já só lhe resta, segundo os seus planos, erigir uma fortaleza nova, o castelo de S. Pedro, firmada na margem do rio, com quatro andares e dotada dum grande poço. Pormenor curioso: à falta de cal, mandava-a tirar de cascas de ostras!

*

* *

Depois de tal cometimento, vai Albuquerque repousar enfim? Seria conhecê-lo bem mal. Nunca esqueceu o seu insucesso de Ormuz, e nem um só instante perdeu de vista a entrada do mar Roxo onde o seu poder não está ainda assegurado. Por isso, logo que se vê desembaraçado na Índia, dirige os seus esforços para aquêle lado.

A 18 de Fevereiro de 1513, faz-se à vela para Adem com uma tal esquadra «*que certifico a vossa alteza que*

barco nem armada nunca navegou o mar, nem as aves não pousavam no mar, tão assombrado foi o mar Roxo com nossa entrada e tão ermo!». O espírito dos seus capitãis mudara: apenas se reüniram dois conselhos de guerra, um à partida, o outro ao largo de Socotorá, e em ambos houve unanimidade sôbre a necessidade de seguir àvante. Um piloto árabe capturado de surpresa serve-o fielmente e condu-lo em frente de Adem, cidade bem fortificada, com uma guarnição numerosa reforçada com contingentes vindos do interior e decidida a fazer respeitar os direitos do Xeque. Albuquerque não perde grande tempo em negociações, e renunciando à sua táctica habitual, lança as tropas ao assalto, reünidas num só corpo.

Um acidente material traíu êste ardor e arruinou os planos do chefe: as escadas de assalto, sobrecarregadas, quebram-se. Albuquerque manda-as especar com as alabardas, que por sua vez voam em pedaços. Durante horas, os assaltantes obstinam-se ao pé da muralha, debaixo do fogo da artilharia. Finalmente têm de bater em retirada, depois de libertarem a grande custo um punhado de fidalgos que a quebra das escadas isolara numa tôrre da muralha onde fizeram prodígios de valentia. Albuquerque não insiste, porque tem pressa de entrar no Mar Roxo. Os seus novos objectivos são Judá e depois Suez. Infelizmente os ventos imobilizam-no ao longo das ilhotas desoladas do Camarão, onde centenas de homens morrem em virtude da má alimentação e do calor fatigante. Contudo a expedição não deve considerar-se como um insucesso. Albuquerque aproveitou-a, com efeito, para explorar as paragens do Mar Roxo, proceder a sondagens e mandar

desenhar cartas marítimas. Mas acima de tudo, esta expedição inspirou verdadeiro pânico a todo o mundo muçulmano. O efeito moral foi considerável: «*ho que me parece do mar Roxo e de nossa entrada lá, é que vossa alteza tem dado o maior açoute na casa de mafomede do que houve de cem anos acá, porque lhe chegastes ao vivo e lugar de toda a confiança*».

Agora só lhe resta regressar à Índia. Ao passar em Adem, queima todos os navios surtos no pôrto da ilha vizinha de Cira e em 1513 chega a Goa, de-ora-àvante sua capital.

III

Carácter de Albuquerque

Um único retrato, publicado à frente dos *Comentários*, e reproduzido depois largamente, conservou-nos a imagem de Albuquerque, impessoal e quási abstracta. Contudo, o nariz fino e aquilino, a longa barba prematuramente embranquecida dão ao rosto colorido um aspecto nobre e grave, e a grande largura de ombros revela vigor físico excepcional. De tempos a tempos, sobretudo a partir de 1513, deixa escapar breves alusões ao seu estado de velhice e de cansaço, com pouco mais de cinqüenta anos: também é verdade que serve desde os catorze! Mas, pelo contrário, nunca um queixume sôbre a sua saúde, nunca um desejo expresso de repouso, nunca um instante de detença, uma fraqueza, uma dúvida. As suas cartas protestam, denunciam, fulminam, indignam-se, escarnecem: não gemem nunca. Traído por todos em frente de Ormuz, morto de fome em Goa com a armada meio revôlta, prisioneiro do Vice-rei, ou caluniado por aqueles que por detrás dêle se encarniçam em destruír a sua obra a par e passo que ela se levanta, nada é capaz de o vencer. Após o triplo revés dos primeiros cometimentos em que se empenhou, Ormuz, Calicute, Goa, volta à acção com o mesmo vigor e a mesma tenacidade.

Logo que reconheceu a necessidade de ocupar Goa, nem o Rei, nem os rivais, nem os obstáculos são de molde a desviá-lo de tomar a cidade e de se manter nela. Está resolvido a não tentar segunda vez a aventura de Calicute, porque é inútil, e porque obterá pacìficamente muito melhores resultados. O Rei exige, os subalternos delatam e acusam-no mesmo de não se sabe bem que condescendências suspeitas. Albuquerque continua tranqüilamente a negociar. De carta para carta, conta minuciosamente a D. Manuel os motivos da sua conduta; recomeça a exposição da situação, repete-se tanto quanto fôr necessário para triunfar finalmente em tôda a linha.

A sua fôrça e a sua autoridade provêm duma sinceridade rígida e duma honestidade que ignora compromissos. Ao falar das suas relações com a roda de concussionários que o cerca, gaba-se altiva e legìtimamente de ser *tam isento e tam limpo que nam ousam eles de ter o rosto dereito em mim.* Aliás, ¿que deixará após a sua morte? os seus bens de família, «que é bem pouca coisa», *e hum pedaço de tença que comprey por meus dinheiros* . . . Só por um homem admite ser julgado ou discutido: o Rei, e ainda com a condição de que êste reconheça o que lhe deve. Quando D. Manuel deixa entrever que se recusa a examinar a oportunidade de conservar Goa, porque esta ocupação satisfaz a sua vaidade, cai a fundo sôbre o ultraje e replica num tom verdadeiramente corneliano:

> «. . . nom me prezo eu, senhor, tamto dese feito que me cegue o boom juizo e saão nas cousas de voso serviço, nem sam omem vaão, porque seria cayr na cova que fiz: . . . Mas pera mynha vaydade açaz tenho de que me louvar, e pera mynha grande satisfaçam açaz que alegar, porque, senhor, em malaca hum palmo de merecimento tenho, em cochym outro palmo, em cananor outro palmo, . . . e em goa tenho outro palmo, em ormuz outro palmo . . . E aynda que na estampa de metal do viso Rey, que está pegada em hũa torre, em que se chama o prymeyro fundador da fortaleza de cochim, me queira tomar o meu, nom chegou aynda a vaydade a mym pera a daly mandar tirar; mayores cousas de voso serviço me logrará o estamago, se me nelas quyserdes meter, que a governamça da yndia nem a tomada de goa. E meu parecer sobre o feito de goa lá yrá a vosa alteza cos outros, verdadeiro e são segundo deos e mynha comciencia.»

O fervor religioso, porém, tempera-lhe êste orgulho irascível e suspicaz. Se se compraz a assinalar *que pela ventura ha muytos anos que nestas partes de cristãos se nam fez tam omrado feito* como o da tomada de Benastarim, apressa-se a ajuntar que *prouve a Nossa Senhora e a Nosso Senhor.*

É a Deus que entrega a fortuna dos seus empreendimentos. Deus combate por êle, escuta-o, vê-o. A mais assombrosa destas aparições é aquela que relatou na sua carta de 4 de Dezembro de 1513 sôbre a expedição do Mar Roxo:

> «. . . e estamdo asy naqele lugar surtos, comtra a terra de preste joham nos apareceo huum synall no ceo de hũa cruz desta feyçam, muy crara e respramdecemte, e veyo hũa nuvem sobrela; chegamdo a ela, se partio em partes, sem tocar na cruz nem lhe cobrir sua crarydade; foy vista de muytas naaos, e muyta jemte se asemtou em jyolhos e hadorou, e outros com devaçam adoraram com muytas lagrymas: . . . e eu tomey daquy que a noso senhor aprazia fazermos aquele caminho, e qe nos mos-

trava aqele synall pera aqela parte por omde savia por mais servido de nós; e como homeens de pouca fee nam ousamos de cometer o caminho, qe creo que has nosas naos de hũa volta na outra o poderam aver: e pecou isto tambem por ser já homem velho, vadeado da comdiçam e incrinaçõees dos homeens...»

A rigidez das convicções e a exasperação das perpétuas resistências com que defronta, levam por vezes Albuquerque a paroxismos de cólera, sobretudo em casos de disciplina ou de fidelidade à religião. Então já não conhece limites, fere até ao extermínio, e todo o renegado prisioneiro é queimado vivo. Em certas circunstâncias, a menor resistência lança-o nas piores violências, e destas crises nenhuma foi mais brutal nem mais dramática do que aquela que teve lugar a bordo da armada, em frente de Goa, durante o verão de 1510. Encerrara no porão do seu navio as cativas de que falámos mais acima e, a-pesar da sua interdição formal, um moço, Rui Dias, obstina-se em visitá-las de noite. Albuquerque manda-o espiar, e tendo adquirido a certeza da sua identidade, manda-o prender e enforcar imediatamente, sem julgamento, em pleno dia e sob os olhos dos seus camaradas. Os soldados armados acorrem para defender o condenado. Albuquerque destitue e expulsa do navio o capitão de Rui Dias, corre sôbre os revoltosos de espada na mão, acusa-os de traição e ordena-lhes que recolham às suas naus. Logo que chegam ali, carrega-os de ferros, mesmo os fidalgos, e manda-os meter debaixo da coberta.

Reúne depois aqueles que não tomaram parte na sedição e censura-os violentamente por não acorrerem em seu socorro: ninguém pronuncia uma palavra que

não seja para implorar perdão. Depois chama o seu secretário e organiza um processo-verbal de todos os acontecimentos para enviar ao Rei. Com esta lição, a armada ficou escarmentada para muito tempo. Por esta explosão de severidade, Albuquerque será sempre censurado. Lê-se em Camões:

Mas em tempo que fomes e asperezas,
Doenças, frechas e trovões ardentes.
A sazão e o lugar, fazem cruezas
Nos soldados a tudo obedientes,
Parece de selváticas brutezas,
De peitos inumanos insolentes,
Dar extrêmo suplício pela culpa
Que a fraca humanidade e Amor desculpa.

Mas por um caso em que Albuquerque se deixou levar até à injustiça mortal, quantos outros em que soube dominar os seus impulsos mais legítimos! Quando já não sente o ódio ou a revolta preparar-se à sua volta, sabe dar provas de indulgência e até perdoar. Os remorsos não o atormentarão pela morte de Rui Dias, porque mandará dizer missas por sua alma. João da Nova não deixará de o combater, ainda que em 1507 Albuquerque o tenha recolhido quási moribundo em Moçambique e cuidado com o mais extremo devotamento: não obstante, quando êsse capitão morre em 1510 em Cochim, Albuquerque manda-lhe celebrar funerais solenes. O filho de Tristão da Cunha, que armara cavaleiro em 1510, como fizera em 1507 ao pai e ao irmão mais vélho, faz causa comum com a oposição e deixa-se enredar em tôda a espécie de intrigas equívocas; e contudo, o próprio Tristão da Cunha escreve a Albuquerque

para se lamentar da desgraça em que êste mantém seu filho. O governador responde-lhe com uma carta cheia de delicadeza, sem aludir às faltas mais graves do moço Manuel da Cunha, que se vira forçado, porém, a destituir e a conservar prisioneiro em Goa. E quando, em 1511, Manuel da Cunha morre bravamente em face do inimigo, Albuquerque declara com comoção:... *morreo como cavaleiro, que ho era, com todalas suas mocidades*, escrevendo mesmo a Tristão da Cunha que teme a recíproca troca de recriminações para que *nos nam vamos damnando nos coraçoens e vontades, pouco e pouco, em tal maneira fiquem chaguas nelles.* Conhecem-se-lhe numerosos amigos fiéis e de rara qualidade, o célebre cronista Duarte Galvão, a quem escreve um dia: *levo grande guosto em ver vossas cartas; folguo muito de as ver e aas vezes lamço mea duzia de lagrimas com ellas*, o secretário de estado António Carneiro, D. Martinho de Castelo-Branco e o próprio Pedro Álvares Cabral, a quem defende numa carta eloqüente contra os ataques do partido de Vasco da Gama. Junto dos humildes, por outro lado, gozou duma extraordinária popularidade, duma reputação de justiça e de caridade feita pelos indígenas e mesmo pelos soldados quando seus capitãis os não excitavam contra êle.

Albuquerque compraz-se a encarecer todos quantos se distinguiram a seu lado, e de si-mesmo, dos perigos que correu, nem uma palavra. Quando os que merecem os seus elogios lhe são chegados, sente uma espécie de pudor em louvar-lhes os serviços e desculpa-se como se fôsse uma indiscrição. Quanto aos outros, sente de cada vez o dever de os enumerar sem omitir um só, ainda mesmo quando se deixaram arrastar por um ardor indisciplinado.

Defronte de Benastarim, diz êle, «sem a ordem que impunha aos navios, indicando qual a posição que deviam ocupar, qual se devia afastar, qual se devia aproximar e qual devia ceder o lugar a outro, ser-me-ia impossível determinar quem melhor se conduziu».

É na ocasião do insucesso de Adem que mais exalta a bravura e a audácia dos seus subordinados:

> «Ho que poso dizer do feito dadem a vosalteza, he qe foy a milhor cometida cousa e mais prestes do qe ho vosalteza póde cuidar; e todos eses capitãees, cavaleiros e fidalgos pegados no muro, e o emtraram tam ousadamente e com tamto esforço e desejos de vos servir, como se vosalteza em pesoa estivera aly e os vira; e a fortuna, emvejosa de suas homras, quys qe qebrasem as escadas jumtamente todas, porqe, sem comtradiçam, com ajuda de noso senhor tinhamos ho feito acabado... os desejos de vos servir nos faziam dobrada a jemte, e as escadas não quebraram senam de peso de jemte qe desejava de vos fazer asynado serviço aqele dia.»

Que magnífico elogio e como engrandece quem o pronuncia, mais ainda que o objecto dêle!

*

* *

Albuquerque, infelizmente, só raramente encontrou colaboradores dignos de si. Foi numa atmosfera sufocante de hostilidade e de calúnias, ou de incapacidade e de incúria que teve de pensar, criar e agir. O exemplo da sua pessoa e o esfôrço imposto a todos pela sua política confundiam demasiado os cálculos e os interêsses

egoístas dos alcaides, dos feitores e dos funcionários aventureiros de tôda a espécie.

> «A vida que faço, meus trabalhos e minha limpeza, culpa todolos homeens e obrigos a muyto, e porque ha carga he muy gramde e nam podem com ela, nem podem sofrer a execuçam de vosos rejimentos e determinaçõees, que nos traz metidos a todos em tamto trabalho, perigo e fadiga, que nam ha oficiall, nem capitam, nem homem na imdia, que me nam deseje morto mill vezes e destroydo.»

Com efeito, cada vez que Albuquerque parte para uma expedição, os funcionários que ficam propagam com satisfação o boato da sua morte, ou então da sua revocação e da sua queda em desgraça. Para colocar o governador numa situação crítica, os seus adversários dispõem-se a tudo. Há já muito tempo que desprezaram os escrúpulos religiosos. Pelas costas, têm entendimentos com os piores inimigos da dominação portuguesa e da fé católica, os soberanos indígenas e até mesmo os muçulmanos. Excitam-se contra êle sob o pretexto de que não cumpre os regimentos do Rei, procurando mesmo obter cartas de recomendação para D. Manuel. Situação verdadeiramente paradoxal: os subalternos fazem se recomendar junto do soberano contra o seu chefe pelos próprios inimigos! A diplomacia indígena, bem entendido, jàmais deixou escapar uma ocasião tão excelente para neutralizar o inimigo.

Não houve procedimento perante o qual esta camarilha recuasse: violação de correspondência oficial, ataques contra os auxiliares de Albuquerque, desobediência, insultos. Albuquerque quere talhar para si um reino

na Índia, reduz a silêncio tôda a gente pelo terror, é uma espécie de louco furioso, e até os seus costumes e a sua probidade são postos em dúvida.

Por outro lado, os próprios acusadores mostram incapacidade completa nas matérias da sua competência administrativa ou comercial. «Deus me assista!» exclama algures Albuquerque, «se se lhes tira o cargo, de que por êles se desempenham dois secretários negros malabares, não são homens capazes de comprar dez réis de pão no mercado!». Mas há pior: traficam directamente e por sua própria conta com os produtores de especiarias, e, emquanto deixam apodrecer as mercadorias do Rei em maus celeiros, armazenam as suas em barracões sòlidamente construídos. Os mesmos maus são ainda aqueles que são só turbulentos e insubordinados, ou puerilmente sôfregos de altas funções, porque, claro está, nenhum recém-vindo se quere contentar com um papel subalterno: *todos pedem feitorias, sprevanynhas destes oficios, alcaydarias, capitanias de naos e navios, e* – observa maliciosamente Albuquerque – *hy nom ha pera todos destes que elles pedem.*

Mas, nestas condições, ¿porque não os pune, visto que nada escapa à sua vigilância e perspicácia? Porque em tôdas estas cousas *tem eles mor autoridade, poder e credito nelas que eu,* porque é o próprio Rei que alimenta esta campanha de delação. Algumas pessoas de importância tomaram a iniciativa, Gaspar Pereira, secretário geral, António Real, alcaide e capitão de Cochim, Lourenço Moreno, feitor da mesma cidade e o mais temível de todos.

Por desconfiança ou – quem sabe? – por ciúme, o Rei serve-se dêles para fiscalizar Albuquerque, dá às

suas calúnias verdadeira sanção oficial e responde com cartas de felicitação. Na verdade êles não tinham razões para se conter.

*

* *

Quando se despoja D. Manuel do prestígio com que o ornaram as circunstâncias, a obra dos seus predecessores e a admirável pleiade de colaboradores que o serviram, observam-se tais faltas que por elas bem mereceu o cognome de *Venturoso* com que na história ficou conhecido: limita-se a ordenar, a reclamar e a censurar. O que pede a Albuquerque é muito ouro, especiarias pelo melhor preço possível, e ao mesmo tempo a segurança do seu domínio no Oceano Índico combatendo o infiel: em suma, satisfazer simultâneamente o seu orgulho e os seus apetites. Parece não se aperceber de que êstes dois desígnios são contraditórios, pelo menos nos começos duma emprêsa que tem de ser largamente financiada antes de se tornar frutuosa. Contudo Albuquerque não se esquece de o advertir, e em que tom! A audácia espantosa que denota a sua correspondência trespassa a liberdade de linguagem tradicional que os bons servidores dos reis se permitiram sempre para com os seus soberanos, em Espanha e Portugal. Cartas admiráveis, densas, desordenadas como se fôssem estenografadas, escritas ao correr da pena, ditadas por vezes a cavalo ou sôbre a ponte da sua nau, ainda quentes dos lances, onde as ideas aparecem e reaparecem três ou quatro vezes, tanto elas o dominam, e onde a unidade

de vistas é o único fio condutor por entre uma verdadeira mistura de ditos bem achados e fórmulas felizes. Não há nada menos artificial, mais sincero e mais vivo.

Albuquerque ousa escrever: «Quando recebi vossas cartas espantei-me de não as haverdes queimado». *Digo vos senhor, isto, porque se bem oulhardes vosos rejimemtos e determinaçõees, cadano vem hum contrairo a outro, e cadano fazês hũa mudança e avees novo comselho* ... Ou então, escondendo hàbilmente o fundo sob uma forma na aparência submissa, declara: «... *se eu nom ouvese medo de vosa alteza, hũa duzia destes danadores de todo bem vos mandaria metidos em hũa gayola...*» Ao falar dos protegidos do Rei, e referindo-se a estes maus servidores, leva a audácia até enviar ao Rei a carta seguinte:

> «... a jemte da imdia tem hum poucochynho a comciencia grosseta, e parecelhe que vam a Jerusalem em Romaria quando furtam... E posto que algũas pesoas de que vos alteza comfiava, tenham errado e feito ho que nam devam em vosa fazemda lá e quaa, nam póde ser que amtre tamtos se nam ache hum justo, pera perdoardes e terdes de quem comfiar, e se ho nam achardes amtre aqueles que diamte de vos alteza tem fama de vertuosos e homens de comfiança, buscayo amtre os maaos e pela vemtura ho acharês.»

A esta áspera ironia sucede por vezes indignada veemência:

> «... se passam voso mandado, mandaylhe cortar ho pescoso, e se eu asynado despacho comtrairo a voso rejimento, mamdayme decepar hũua mão...
>
> ... ver vos mandar armadas à imdia sem jemte e

> sem armas, tiramdo vos alteza hum milham douro, parecia pecados meus, que ordenavam darem algum açoute em minha omrra... »

Assim continuarão sem descanso: um, sempre censurando e acumulando exigências, o outro, protestando e contra-atacando sem jámais fraquejar, até à desgraça e à morte.

IV

As concepções e a obra de Albuquerque

Depois de ter dominado o Oceano Índico, fundado e assegurado o Império na costa do Malabar, conquistado Malaca, recebido a aliança de todos os soberanos do Oriente, arruinado e expulsado os muçulmanos, reduzido Veneza quási ao último extrêmo e obtido inteiramente o comércio das especiarias, Albuquerque não se confessa de maneira nenhuma satisfeito. Resta-lhe constranger a Pérsia a contratar aliança, fechar o Mar Roxo, vingar Jerusalém em Meca, abater o soldão do Egipto aliando-se com o enigmático Preste João, e – quem sabe? – fechar o périplo de África forçando o caminho do Mediterrâneo. De espaço a espaço, isoladas como ruínas dum vasto edifício, surgem nas *Cartas* ou nos *Comentários* alusões a desígnios prodigiosos: desviar o Nilo para arruinar o Cairo, abrir o canal de Suez, procurar um caminho de penetração africana que ligue ao Mar Roxo as fortalezas de Marrocos, e por outro lado, conquistar o interior da Índia, evangelizá-lo e ir talvez mais longe ainda. Eis o sonho de dominação quási universal, de « catolicidade » e de imperialismo que domina esta poderosa cabeça.

Teria êle concebido desde princípio uma espécie de « grande projecto » de conjunto, e de cada vez que atin-

giu um horizonte marchado em direcção a outro que já pressentia, mas que se ia precisando à medida que dêle se apróximava? Parece mais verosímil que cada um dos seus ambiciosos desígnios tenha nascido do próprio sucesso das primeiras emprêsas. Ormuz liga-o a Adem, e para além de Adem à ruína religiosa do Islam, conseqüência da sua ruína comercial. Assim também Goa pode ter sido o germe dum projecto de conquista total. A imaginação dum tal homem de acção, em geral, não edifica no abstracto: tem necessidade de bases seguras para se lançar ainda mais longe.

Mas se Albuquerque não sistematizou de antemão o seu grande sonho asiático e anti-muçulmano, pelo contrário empenhou-se na acção com um plano político e comercial bem determinado. Poder-se-iam agrupar as suas concepções essenciais da seguinte maneira:

1.º O mercantilismo puro é um êrro. Não há trocas frutuosas nem situação comercial estável sem domínio político assegurado.

2.º A fiscalização das grandes correntes comerciais e a segurança da hegemonia política só podem realizar-se pela ocupação permanente de diversos pontos vitais bem escolhidos. Êstes são: Ormuz, chave do Golfo Pérsico e cabeça duma das estradas para o Oriente Mediterrâneo; Adem, porta do Mar Roxo e lugar de passagem obrigatório para o Egipto e Veneza; Malaca, centro duma das mais ricas produções de especiarias e ponto de irradiação para todo o Extremo Oriente; e, emfim, Goa, à qual descobriu a situação privilegiada, e donde pode vigiar todos os estados e todos os estabelecimentos mercantis da costa do Malabar sem confinar com nenhum príncipe indígena.

3.º Antes de mais, estabelecimento permanente significa construção duma fortaleza sólida e manutenção duma guarnição suficiente. A bem dizer, não se trata duma colonização completa, salvo em Goa, da qual pretende fazer capital do Império. Aliás, propõe-se manter a população em respeito e precaver-se contra tôdas as surprêsas.

4.º Evitar a dispersão de fôrças e a multiplicação dos postos militares. Albuquerque é resolutamente hostil à táctica das pequenas remessas. É preciso fazer uso da fôrça conscientemente, mas com acções em massa. Destacar uma esquadra para o Mar Roxo, como lhe pede o Rei, é expô-la a um revés que pode comprometer tudo. A sua intenção é de lá ir êle próprio, logo que puder, com tôda a sua armada.

5.º Em relação aos soberanos indígenas, agir segundo as circunstâncias para evitar atitudes preconcebidas. Astúcia, diplomacia, generosidade, fausto, guerra a todo transe, tudo será bom, tudo será utilizado para atingir o único fim: convencê-los de que o seu interêsse e o seu bem-estar estão em reconhecer a suzerania do Rei de Portugal, e em ajudar pràticamente os seus cometimentos.

6.º Quanto à organização interior dêste complexo de estados vassalos, de estabelecimentos comerciais e de colónias, Albuquerque não se pronuncia nunca. Mas pode deduzir-se de certas das suas obstinações, de certos dos seus motivos de queixa mais longamente expostos e alegados, que é partidário da centralização administrativa e da subordinação dos organismos comerciais à direcção política. O Vice-Rei deve ser todo-poderoso, a sua capital, Goa, deve ser a capital do Império e ter a preeminência sôbre todos os outros estabelecimen-

tos, e êle próprio, enfim, deve ter direito de vigilância e de fiscalização, se não a direcção efectiva, sôbre as operações das feitorias.

*

* *

Não se pode avaliar plenamente a originalidade de semelhantes concepções senão confrontando-as com aquelas que antes dêle andavam em favor, e que foram adoptadas por todos os seus adversários. Exemplo típico é-nos fornecido pela competição que opõe a política naval, a de D. Francisco de Almeida e da maior parte dos capitãis de Albuquerque, à política das fortalezas de que enunciámos os princípios.

Almeida escreve ao Rei: *«Quantas mais fortalezas tiverdes mais fraco será vosso poder; toda vossa força seja no mar, porque se nelle nom formos poderosos, o que Nosso Senhor defenda, tudo logo será contra nós».*

Albuquerque riposta:

> «... nem esas carregas despecearias que cadano lá vam, nem as Riqezas que vos de quaa levam, tudo me ha de parecer cousa emprestada, até que vos eu nam veja muy forte na imdia, e nam no mar, mas na terra, naqueles lugares domde as vosas cousas podem Receber comtradiçam...»

Com efeito, ¿que valem os navios durante a monção de sudoeste quando têm de permanecer colados à costa, e não é possível perseguir o inimigo nem sequer escapar-lhe? ¿Quantas vezes já os portugueses se não encontraram prisioneiros dos ventos contrários ou das

calmarias? Albuquerque nunca esquecerá quanto a sua equipagem sofreu com o calor, as privações e as doenças, na sua primeira expedição de Socotorá a Ormuz. Cansam os homens «usando-os no mar, alimentando-os com água, arroz e um pouco de peixe», enquanto que um punhado de soldados basta para defender uma fortaleza se esta tiver sido bem ideada e bem situada. *A portugueses cos capacetes nas cabeças amtras ameyas nam lhe tomam asy a forteleza...* E estas fortalezas, que não deixará de construir, serão pouco a pouco uma verdadeira cadeia de ferro a ligar a Índia a Portugal como um prisioneiro.

Singulares construções, que compartilham do castelo forte medieval, com seus torreões, ameias e muralhas altas contra a escalada, e da fortaleza à maneira de Vauban, pois o uso da artilharia começa a inspirar os lanços de muralha cortados e os espigões. Na generalidade e sempre que se pode, são bem construídas. Contudo, a primeira que Albuquerque improvisou em Cochim teve de ser edificada à pressa, e como escasseava o material utilizaram-se troncos de palmeira sòlidamente pregados com cavilhas de ferro e soterrados para formar terraços sucessivos com um caminho para a guarda. Todavia, nos dois ângulos do polígno erigem-se tôrres para a artilharia pesada que domina o acesso. A esta curiosa construção se chamará o forte de S. Tiago. Eis um castelo forte improvisado, mas pode-se-lhe opor a mais poderosa fortaleza que Albuquerque construíu, a de Calicute, com duas tôrres do lado do mar e duas do lado da cidade, um bastião erguido sôbre a porta principal e um torreão de três andares.

Assim são verdadeiros navios amarrados à costa,

refúgio contra as ofensivas possíveis do interior e com ligação fácil e combinada com a frota. Estas fortalezas estão também geralmente situadas nas ilhas ou sôbre os promontórios. É preciso possuir chaves sólidas sem penetrar demasiado em casa, contanto que se tenha mão no que entra e no que sai. Tais são as fortalezas de Mombaça e Moçambique, já edificadas quando Albuquerque foi nomeado governador, e as de Cochim, Goa, Ormuz, Cananor, Malaca e Calicute, construídas por êle.

*

* *

Tal política está evidentemente subordinada a uma condição prévia, a do envio e da manutenção na Índia de efectivos bastantes e convenientemente instruídos.

Albuquerque não deixa de velar por isso e de reclamar quadros de subalternos competentes. D. Manuel em 1512 envia-lhe oficiais inferiores da marinha e instrutores suíços para a infantaria, que serão um socorro precioso algumas semanas mais tarde, quando da tomada de Benastarim.

O governador recruta para a artilharia bombardeiros holandeses, alemãis e flamengos, e considera como uma verdadeira calamidade qualquer deserção nas suas fileiras. A partir de 1512 dota o seu pequeno exército dum escol de trezentos alabardeiros, duzentos archeiros e duzentos arcabuzeiros práticos. Impõe à infantaria o exercício regular durante os períodos de paz, obrigação

impopularíssima que os seus sucessores tiveram a fraqueza de suprimir. É êle que de pique na mão vigia os exercícios, preside aos concursos de tiro que instituíra suscitando a emulação dos concorrentes. Pelo que diz respeito ao armamento esforça-se por satisfazer as suas necessidades e renunciar às remessas da Europa, escrevendo ao Rei com soberba que já se fabricavam em Goa melhores espingardas que as mais afamadas do estrangeiro.

Infelizmente, a solução do problema dos efectivos não depende só dêle. Até 1512, os meios postos à sua disposição eram absolutamente insuficientes. No fim de 1510 tem à justa 2.900 homens, dos quais 1.300 em Cochim e Cananor, 1.600 na armada, e 400 de entre êles desarmados. Tem de fazer ocupar as fortalezas pelas guarnições da frota, apenas o têrço dos homens que lhe eram necessários.

«... Metemo nos narmada com hum pouco darroz e huns poucos de cocos, e cada hum com suas armas, se as tem: nos vosos almazeens quá nam ha nenhüa cousa, hum prego que se quá faz, asy como ho tiram da forja, asy ho vam logo pregar no costado da nao.

Digo vos, senhor, isto, porque vos vejo mamdar as naos carregadas daparelhos, armas e jemte, pera soster as cousas que os outros Rex vossos amtecessores ganharam jumto com vossos regnos, e vossalteza desafavorece as cousas de vossa vitorea e vossa fama tam lomje de vossos rregnos tam grandes e tam rricas que imrrequece voso povo e emnobrece vossos rregnos e senhorios; e sostendes gramdes gastos e gramdes despezas com as rriquezas que vos de quá vay, e com ajuda de noso senhor cada vez vos irá maais, porque a imdia ha de tomar asento de

necessidade, porque as cousas tam gramdes, em que ha tamta comtradiçam que tam lomje tem ho remedeo, he muito ho que está feito... »

Logo que chegam os reforços apressa-se a agradecer ao soberano, acentuando a sua necessidade:

« Agora me parece que querees pagar à imdia ho que vos ela merece, que he jemte e armas que lhe faça tomar asemto e asesego sem guerra, e que se acabem muitas cousas de vosso serviço e o que desejaes, sem nos aventurarmos tantas vezes. »

Mas apenas lhe chegam, disputam-lhos, contestam-lhe a utilidade, fazendo avultar exageradamente o número. É necessário justificar-se mais uma vez e recomeçar infatigàvelmente as mesmas explicações. Em 1513, no momento mais favorável, tem muito à risca 2.500 homens capazes de combater, êle que, se tivesse 5.000, se comprometeria a conquistar a Índia inteira.

*

* *

O princípio militar do Governador é bater-se a tempo e no melhor momento, para evitar que se perpetue um estado endémico de perturbação e hostilidade. Mas a fôrça está bem longe de ser o seu único meio de acção.

Habituado ao fingimento dos soberanos indígenas, não sente qualquer dificuldade em revelar a duplicidade de tôdas as suas negociações e em pagar-lhes na mesma moeda. Quantas vezes, em face de Ormuz, de Goa ou

de Malaca, não lhes experimentou a arte de arrastar as negociações para ganhar tempo! Quantas vezes não lhe ressoaram nos ouvidos os seus protestos enfáticos de submissão, a procurar enredá-lo com «a verdade dêstes cães »!

« Aqueles que fingiram submeter-se definitivamente aguardam tempo pera, quamdo poderem tirar ho laço fora do pescoço, poer as mãaos á obra; e sey certo que esta he a condiçam dos mouros cos cristãos, e será atee fim do juizo».

Enquanto D. Manuel se corresponde directamente com os sultões do Malabar e dá ouvidos às suas queixas, o Governador recomenda-lhe continuamente prudência e incita-o a evitar tão perigosa inépcia. A sua maneira de tratar é a dum mestre na diplomacia, com a atenção sempre desperta, livre de preconceitos e até de escrúpulos, brutalmente enérgico ou cortêsmente insistente, segundo os casos.

Esta admirável adaptação ao Oriente reforça-se com uma concepção muito medieval das relações entre D. Manuel e os soberanos aliados, considerados como vassalos e suzerano. Os tratados concluídos com os sultões nunca são de pura anexação, nem também de aliança entre potências iguais em direito. O seu primeiro artigo impõe a obediência à pessoa do Rei, obediência que lhes interdita o dispor dos seus estados sem autorização, e permite a ingerência nas questões de sucessão e até de administração interna, logo que, directa ou indirectamente, se considerar violado o juramento de fidelidade.

Vejamos com que tom Albuquerque exige a depo-

sição dum ministro do rei de Cananor que se permitiu elevar ao trono das ilhas Maldivas um dos seus irmãos:

> «Dise emtam mamalle, que ele tinha cartas diso, e que fose el rrey de cananor juiz diso; e eu lhe rrespomdy, que el rrey de cananor era jemtio e que as ilhas eram de mouros e que os naires nam navegavam, nem el rrey era juiz desa causa; e que nam divera ele de dar nome de Rey a seu irmãao,... vemdo voso poder e força na imdia, e semdo esa vosa obrigaçam e voso senhorio; e mais lhe dise, que eu lhe mandava de vosa parte, que de demtro de cimqo meses tirasem sua jemte, e seu governador das ilhas... e que pasado ho tempo que lhe aly limitava, soubese certo que cousa sua que se achase nas ilhas, se nam daria vida.»

Em virtude dêste mesmo direito que se arrogava, intervém pessoalmente na sucessão do rei de Cochim para fazer triunfar o candidato favorável aos portugueses, e não hesitará – êle próprio o reconhece – em mandar envenenar o Samorim de Calicute pelo seu legítimo herdeiro, para ter êste último na mão.

> «E eu ey por certo que ho nambiadery matou ho çamorym com peçonha, porque em todalas minhas cartas lhe esprevi que matase ele ho çamorym com peçonha, e que na paz eu me comcertaria com ele».

Albuquerque não esquece, aliás, o fim utilitário de tôdas estas manobras; cada tratado, cada intervenção são apenas pretextos para um acôrdo comercial. Eliminado assim o Samorim, o seu sucessor capitula e assina em 1513 e em 1515 duas convenções que asseguram de

facto aos portugueses tôda a actividade comercial em Calicute. Êste exemplo é absolutamente característico dos resultados que Albuquerque sabe obter pela astúcia e pelos meios diplomáticos sem recorrer à intervenção militar.

*

* *

Quando se encontra na presença dum dêstes numerosos soberanos independentes, da Pérsia, Sião, Pegú ou Java, que solicitam alianças ou dos quais busca a amizade, a sua linha de conduta modifica-se ainda valorizando a flexibidade do seu génio. O notável regimento que entrega a Rui Gomes, homem da sua confiança, antes de o enviar ao Xeque Ismael, soberano da Pérsia, convidando-o para uma aliança contra os turcos, merece ser citado quási integralmente:

> «Direes a xeque ysmaell da minha parte que eu ho mando vigitar pela grandesa de sua fama e senhorio, cavalaria, esforço, e toda bondade e grandesas que had aveer hum principe, e asy porque agasalha hos cristãos e os afavorece e honra.
>
> Lhe direes como El Rey nosso senhor folgaria de teer conhecimento e amisade com elle e que ho ajudará contra a gerra do solldam e destroyçam sua, e que eu em seu nome e da sua parte lhofereço a armada gentes e artelharia que trago del Rey nosso senhor, suas fortalesas lugarees e senhorios que teem na yndia, e assy contra o turco.
>
> Lhe direes que vindo elle sobre a casa de meca querendo a ganhar que eu emtrarey ho mar roxo e hirey sobre o porto de Judaa, e assy lhe direes que querendo elle vir sobre a terra darabia que eu hirey em pessoa, e

com ha armada de el Rey nosso senhor sobre adeem, e sobre toda a ribeira do mar e costa darabia e sobre baharem e cateffee e sobre a cidade de baçara, e chegarei a pee de banda de a ribeira do mar da persea homde me poderei veer com elle e o farey todo o que lhe a elle de mym comprir e ajudalo comtra seus enimigos...

Lhe contarees as grandesas del Rey nosso senhor e de seus regnos e senhorios, das riquezas e abastança delles, da grandeza e fremosura da cidade de lixboa, dos edeficios e casas riquas que nella ha, da grandeza, camtidade e soma de prata e ouro que no regno ha, da riquesa e abastança das gentes, e como el Rey nosso senhor tem duas minas douro donde cadano veem grande camtidade douro a seu tesouro, dabastança das naaos que no regno ha, e grandesa delas e das grandes armadas que cadano emvya á India, e como has vezes faz grandes armadas comtra o turco e as manda a levamte.

Assim lhe direes como el Rey nosso senhor teem muitas villas e erdades ganhadas por força darmas em africa, e como se vay estendendo seu senhorio per muitas villas e lugares per toda a ribeira do mar atee o cabo de boa esperança, e dahy pera dentro emtrando o mar da Imdia as fortalesas que nella teem, Çofalla que he mina douro e a fortalesa que hy esta, a fortalesa de quiloa de monçambique, e como el Rey de mylinde e el rey de cananor e el rey de cochim estam à sua obidiencia e teem nos ditos lugares fortalesas e gentes sua.

Lhe comtarees do poder e armada e gente e armas e artelharia que trago na Imdia e assy mesmo da fremosura gramdesa e gramde camtidade dartelharia que el rey nosso senhor teem em seu regno e de como toda a gemte de portugal amda a cavallo; dos arreeos de prata e douro sellas e apelho de cavallos e bem assy dos aparelhos e atabyos da gerra, e de como os homens amdam armados, a feiçam e atabio e maneira das armas.

Mais lhe apontarees da Rainha nossa senhora cuja filha he, e como el Rey seu pay e a Raynha sua may teem seus regnos e senhorios comarcãaos com el Rey

nosso senhor. E asi lhe contarees de seu estado e das donzellas que ha servem, como sam filhas dos duques, comdees e marqueses de portugall, e grandees senhores, como amdam vestidas de borcado, trazem muytas perlas, pedraria e ouro e toda deversidade de sedas e como dally casam com esses grandes do regno.

Assi lhe comtarees do estado del Rey nosso senhor, de seus vestidos yoas e arreos, e de como come em mesa alta de quatro degraoos, e todollos gramdes senhorees que em sua corte amdam estam a mesa em pee e cos barretes fora da cabeça atee que el Rey acaba de comer e se recolhe pera a sua casa.

... Lhe tocarees na nossa fee e verees ho que disso sente e se vos recebe bem o que lhe assy nyso tocardes e nom seja mais ca quanto elle nom receba escandallo.

Mais saberees dos crestaãos daquellas partees se teem o rito da nossa fee, e creem verdadeiramente que nosso senhor naçeo de nossa senhora, morreo e padeceo em cruz por nos sallvar, e resurgyo ao terceiro dia.

Mais verees se alguum destes cristaãos sendo deferentes alguuma cousa na fee de nos ho podes trazer comvosco, ou hordenardes como vaa a Roma ainda que melhor seria hyr por via de portugal.

Verees suas Ygrejas e hornamentos della, altarees ynmageens de samtos e se teem nosso senhor na cruz a ymagem de nossa senhora, e assy os clerigos frades do modo de seu viver e trajos, e assy dalguns corpos de santos marterees apostollos se jazem seus corpos nessas partees...

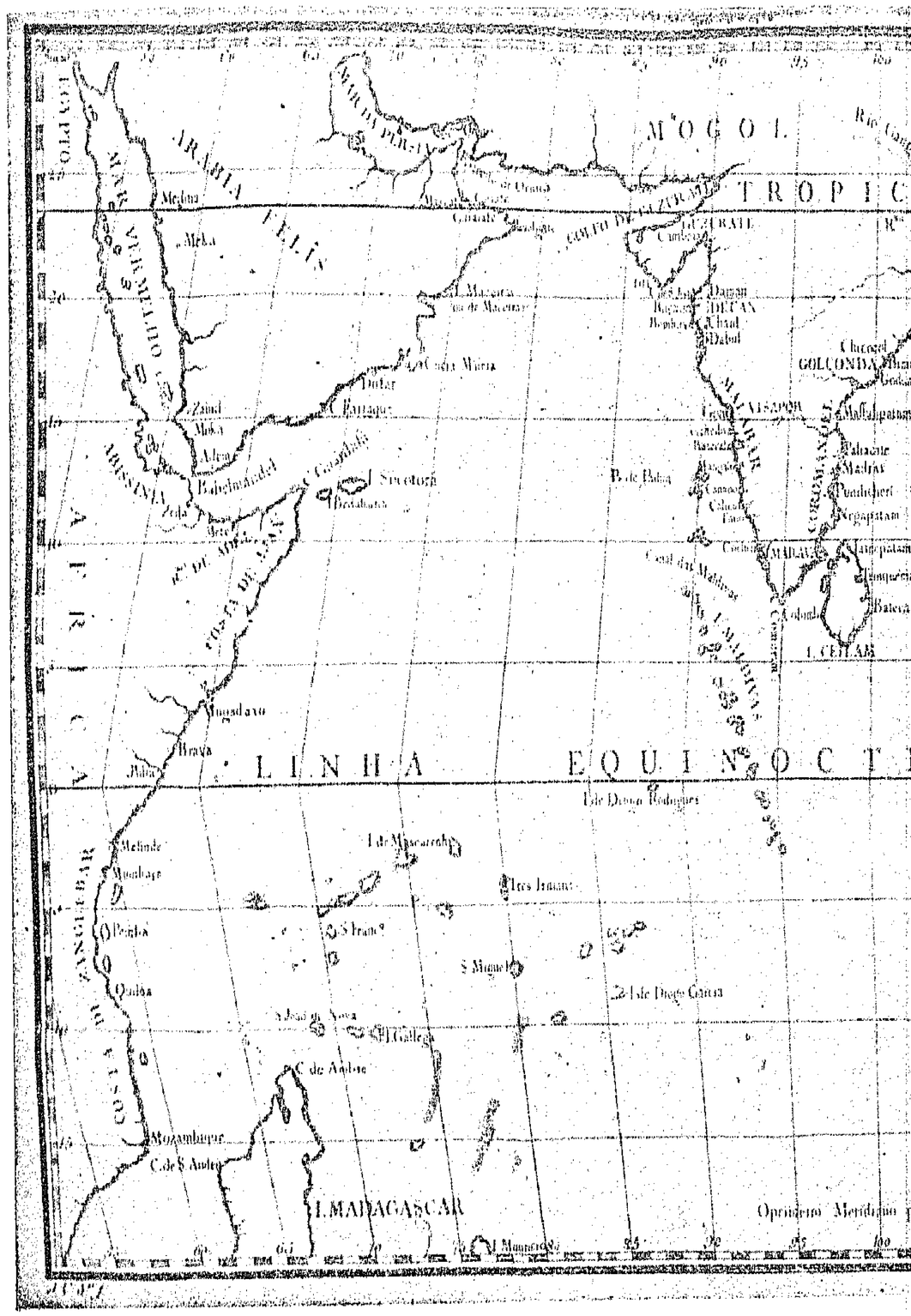
...comtarees como portugeses leaees e verdadeiros amigos de seu senhor, em tall maneira que xeque ysmaell cubicee e procure amisade prestante e ajuda del Rey noso senhor, e assy queira estar em toda obrigaçam e boaa vontade de fazer o semelhante quamdo lhe por el Rey nosso senhor fosse requerido...»

Esta missiva pareceu tão perigosa ao soberano de Ormuz que mandou envenenar Rui Gomes à passagem.

Não é suficiente impor-se pela fôrça ou seduzir pela habilidade; é preciso ferir a imaginação oriental com um fausto que simbolize aos olhos de todos o poderio do soberano português e a prosperidade da nação. Assim, o austero Albuquerque, o homem habituado a tôdas as fadigas e endurecido em tôdas as privações, cuida do trajo e do aparato. Nos dias grandes veste-se ricamente de damasco negro e com capa de veludo, come à vista de todos cercado por sessenta alabardeiros da sua guarda de honra de grande uniforme. A música toca, os soldados desfilam, os elefantes ajoelham-se na sua frente, e à sua vista mulheres entremeiam a dança e o canto ao ar livre. É então que saiem das malas de coiro pregueado os vestidos sumptuosos evocados por Camões:

> ...Vestido o Gama vem ao modo Hispano,
> Mas Francesa era a roupa que vestia,
> De cetim da Adriática Veneza,
> Carmesi, côr que a gente tanto preza.
> De botões de ouro as mangas vem tomadas,
> Onde o Sol, reluzindo, a vista cega;
> As calças soldadescas, recamadas
> Do metal que Fortuna a tantos nega;
> E com pontas do mesmo, delicadas,
> Os golpes do gibão ajunta e achega;
> Ao Itálico modo a áurea espada;
> Pluma na gorra, um pouco declinada.

Cada embaixada é acompanhada dum afluxo de presentes da Europa, a que os reis do Oriente procuram corresponder com maior magnificência ainda. De todos êstes tesouros Albuquerque nada guarda para si, porque


MOGOL
TROPIC
ARABIA FELIX
MAR VERMELHO
ABISSINIA
DECAN
GOLCONDA
MALABAR
COROMANDEL
I. CEILAN
LINHA EQUINOCT
Ile Diego Rodrigues
Ile de Mascarenhas
Ile Diego Garcia
ZANGUEBAR
COSTA DE ZANGUEBAR
Mozambique
C. de S. Antonio
I. MADAGASCAR
Meridiano

se não se perderem num naufrágio, irão atestar àlém dos mares a um soberano sensível a tal sedução, o caso que fizeram do seu nome num continente inteiro.

*

* *

O problema pròpriamente administrativo punha-se apenas para Goa, e para um pequeno número de territórios totalmente ocupados pelos portugueses. Albuquerque ainda aí dá provas de singular prudência e de espírito de compreensão liberto de preconceitos ocidentais. Alguns organismos políticos que concentram a autoridade sobrepõem-se ao sistema indígena sem o falsear nem substituir. Goa é governada por um Senado decalcado sôbre o de Lisboa, e abaixo dêle tôda a hierarquia das comunidades indígenas se mantém intacta. Albuquerque não hesita até em confiar numerosos lugares a funcionários indús, e são êles que exercem a justiça, recebem os impostos e servem como empregados nas repartições e nas feitorias.

Enquanto D. Manuel, para satisfazer as exigências da sua noiva, a Princesa de Castela, alguns anos antes usara de severidade contra os judeus, Albuquerque sabe atraí-los, seduzi-los, e fazer dêles auxiliares seguros e fiéis neste Oriente onde desempenham papel capital como corretores e intermediários. Testemunho disso é o facto de dois judeus espanhois presos no mar alto nos fins de 1510, porem zelosamente pessoas e bens ao seu serviço. Um, convertido por admiração do seu chefe usará o nome de Francisco de Albuquerque fixando-se em Goa; o outro, Alexandre de Ataíde, acompanha-o

tôda a vida, e de regresso a Portugal, após a morte de Albuquerque, defenderá corajosamente a sua memória. É na verdade um espectáculo curioso ver o último dos cruzados reabilitado por um judeu!

Albuquerque desenvolve as obras sociais, o que prova a humana solicitude dos portugueses pelos novos súbditos. Em Goa, Cochim e Cananor, funda três hospitais onde são tratados os doentes sem distinção de raça, e abre escolas portuguesas para as crianças indígenas. Desde 1512 na de Goa há já cem alunos, *e sam muito agudos* – diz êle – *e tomam bem o que lhe emsynam e em pouco tempo, e sam todos cristãos.*

Graças a êstes processos compreensivos e humanos, a confiança nêle é absoluta, e numerosas anedotas dão fé disso, como aquela do pobre que realizou sem dificuldade um empréstimo a trôco dalguns fios da barba do governador. Facto mais probatório é o de se ter estabelecido, após a sua morte, um registo das suas instruções em matéria de administração, e ainda hoje se recorrer a êle muitas vezes.

Êste desejo de aproximação e de fusão entre os dois elementos étnicos explica a importância que atribui aos casamentos mixtos, entre soldados portugueses e mulheres indígenas, e tudo concorre para empenhar Albuquerque neste caminho. Em primeiro lugar, o assentimento do Rei, o que lhe faz dizer *que parece muito gramde serviço de Deus e voso.*

Os portugueses não se fazem rogar e algumas vezes conduzem-se até precipitadamente, como denota o episódio das cativas na armada surta em Goa. Tendo-se Albuquerque indignado por lhe calarem os excessos que a presença delas ocasionara, o seu esmoler Fr. Domingos

de Sousa responde-lhe que nunca cristão se tornou muçulmano por amar uma mulher muçulmana, mas que elas se convertiam por amor aos cristãos, em virtude dos maus tratos que os muçulmanos lhes faziam sofrer; e que a despeito do pecado, como os portugueses as convertiam, lhes era perdoado e ganhavam uma alma para Deus. Para Albuquerque o arrazoado do bom padre nada conta, e encerra no castelo da pôpa do seu navio, sob a guarda dos eunucos, as não convertidas. A alimentação fornecem-lha por uma pequena janela, e a maior parte delas, perdidamente enamoradas, aceita então a conversão e o casamento, com que o Governador se regosija muito porque assim os seus homens se livravam do pecado. O monge dizia que tal não era o mandamento da Igreja, ao que Albuquerque responde, que em qualquer caso era o seu mandado, e mais tarde isto se dizia de tais casamentos.

A cada casal dá casa, um cavalo, terra e gado; defende-os contra as calúnias e preocupa-se com a educação dos filhos, aos quais deseja enviar a Portugal entre os doze e vinte e cinco anos para que adquiram o sentimento da sua verdadeira nacionalidade.

*
* *

Devido à influência que exerce e à confiança que inspira, Albuquer pode organizar sòlidamente o comércio de Portugal com o Índico, objectivo principal das suas instruções. Antes de mais, importa possuir elementos de permuta, porque sem dúvida o valor das mercadorías importadas da Europa é muito inferior às

exportações da Índia. Se a balança comercial fôsse positiva, Albuquerque poderia dispor de fundos suficientes para equilibrar largamente o seu orçamento e efectuar as compras. Porém, vimos que, se D. Manuel realiza enormes lucros, não envia por assim dizer numerário nenhum à Índia e tudo guarda para si. Á semelhança do grande argentário Jacques Coeur, Albuquerque está sempre sem dinheiro. A vasta emprêsa lusitana inicia-se com capital insuficiente, e os seus próprios lucros lhe são retirados à medida que vão sendo realizados. Grave dificuldade que vem ajuntar-se às outras, e com a qual Albuquerque se vê constantemente obrigado a debater-se, enquanto D. Manuel distribui dinheiro profusamente à sua volta, admite no seu Conselho nada menos que quatrocentos fidalgos largamente pensionados, enche Portugal de construções e dispende somas enormes em embaixadas, tranferências, etc. De tal maneira, que o próprio soberano se verá em dificuldades, e um dia pretenderá dotar sua irmã, ao ser negociado o seu casamento com Carlos Quinto, com especiarias e em parte com pimenta!

Albuquerque, para suprir esta insuficiência constante de numerário, tem de cunhar moeda e procurar metais. Ao chegar a Goa cunha «esferas» e «meias-esferas» de prata, «leais» e «dinheiros» de cobre, e em Malaca, a seguir à tomada da cidade, lavra moedas de prata, «malaqueses».

Mas como fazer adoptar tal moeda pela população?

«Mandou Afonso de Albuquerque chamar todos os capitães, fidalgos e cavaleiros, e toda a gente honrada da armada, e todos os principaes mouros mercadores, e chitins gentios, e depois de serem todos juntos em huma sala grande dos paços da Çabaio, em que elle pousava, que estava aparelhada pera isso, disse-lhes, que elle mandára lavrar moeda de prata, e cobre, como estava assentado, e que pera ser notorio a todos, era necessario mandar-se apregoar pela cidade, porque assi se costumava fazer nas terras, que os reys ganhavam de novo, que lhe dissessem se o faria: todos disseram, que lhes parecia bem fazer-se, pois não avia outras rezões em contrairo disso. Afonso Dalboquerquè com o parecer de todos mandou logo trazer a bandeira real, e as trombetas, e atabales, e ajuntar toda a gente da armada, e a Tristão Déga, que a fosse apregoar, e elle se foi com toda esta gente por toda a cidade, e a cada pregão que se dava, lançavam muita moeda por cima do povo, que era muito, e foi assi nesta ordem correndo toda a cidade... O povo ficou muito contente com a moeda, e dali por diante começáram a tratar suas mercadorias».

Eis o que se pode chamar, em todo o sentido, uma maneira singular e verdadeiaamente charlatanesca de «lançar» uma moeda.

Criados os meios de troca indispensáveis, queria que os negócios se organizassem sôbre bases sãs e duradoiras e se estabelecessem correntes seguras e contínuas. A sua preocupação constante é conciliar o monopólio receoso e intigrante que o Rei procura estabelecer com uma certa condescendência indispensável nos negócios.

Visto que para executar a vontade do Rei cada produto deve ser acantonado em portos de antemão indicados, procura multiplicar os depósitos e situá-los bem, para evitar concentrações inúteis e transportes onerosos. Adapta o material às necessidads, constroi barcos especiais – as «taforeas» – para transporte de cavalos cuja

venda se efectua em Goa, e instala na cidade vastas cavalariças servidas por trezentos criados. Observa a cotação dos produtos, e a sua carta de 20 de Agôsto de 1512 termina por uma verdadeira mercurial em que indica os preços nos diversos mercados. Procura comprar as mercadorias na origem para evitar as comissões que as sobrecarregam, dá instruções sôbre as cautelas a tomar para que as expedições cheguem em bom estado, e recomenda por exemplo a embalagem dos tecidos, indicando os lugares do navio onde os fardos devem ser arrumados para evitar que se molhem.

Os seus «mandados» ou ordens mencionam a escolha das auriflamas para as galés, os pensos necessários para o pé dum elefante ferido, a alimentação duma pantera enviada para Portugal, a recompensa devida aos guardas indígenas que recusaram passagem a uns portugueses durante a noite, a remessa duma pipa de bom vinho para o embaixador do Rei de Ormuz e uma multa a um mercador que não ensinara a um dos seus escravos o Padre Nosso e a Ave Maria. Assina mandados para os negros que lhe entregaram cascas de ostras para fazer cal, e para os índios que lhe trouxeram as cabeças de muitos mouros que tinham sido mortos.

Actividade verdadeiramente napoleónica – aliás não faltam pontos de contacto entre êstes dois génios da acção – e que parece ter por divisa esta fórmula que Paul Valéry atribui ao seu Eupalinos: «não há pormenor na execução».

*
* *

Sucesso prodigioso! Nos meados de século XV Portugal importava das colónias um pouco de açúcar e de trigo vindos da Madeira, óleos, peles de foca, perfumes, algumas centenas de escravos e ouro da costa de África. O frete directo da Índia para a Europa sem quebra da carga, permitiu que se estabelecesse um preço de revenda sem competição, comparado ao da via do Mediterrâneo pelo Golfo Pérsico ou pelo Mar Roxo. Comportava êste trajecto, com efeito, o transporte para Adem ou para Judá em grandes veleiros, depois para Suez em pequenos chavecos do Mar Roxo, em caravanas para o Cairo, em barcas para Roseta e de novo em caravanas para Alexandria onde vinham as galeras de Génova, de Barcelona e sobretudo de Veneza. Quantas perdas pelo caminho por deterioração ou pilhagem! O sultão do Egito recebia por cada descarga, direitos que elevavam os preços em porporções enormes.

À ida, os portugueses expediam vinho, azeite, tecidos finos de Inglaterra, sarjas de Flandres, sedas de Nápoles, veludos de Génova, damascos de Lucca, estofos de luxo, corais, mercúrio, fio de cobre, vidros... e cristais de Veneza. Vê-se que a evicção é total. À volta, drogas, especiarias, pimenta que atinge uma tonelagem enorme, pimentão, canela, benjoim, cânfora, sândalo, almíscar, essências de rosa, ouro em barra e em pó, tapetes, seda em bruto e trabalhada, alúmen, lacas, diamantes de Golconda, safiras e rubis de Ceilão, pérolas

do Golfo Pérsico, os mais belos tecidos do mundo, porcelanas da China de grande valor. Os algodões vinham sobretudo de Calicute, e ainda hoje o nome – *calicot* – recorda a sua origem.

Os lucros destas operações são enormes. As receitas da «Casa da Índia», em Lisboa, de 13 milhões de reais em 1475, sobem a 312 milhões de reais em 1517. Os lucros correntes são de 150 a 175 %, e alguma coisa ainda fica para os intermediários, para os próprios venezianos que resolveram instalar-se em Lisboa! A canela comprada a 8,30 fr. revende-se por 2.000 fr. em Lisboa (1). O lucro é tal, que cobre e excede as despesas de certas viagens. Com a pimenta ganha-se de 700 a 800 %. Os mercadores de Inglaterra, de França, da Alemanha têm de vir a Portugal para obter especiarias, e os intermediários de Antuérpia, judeus baptizados – «cristãos novos» como se lhes chama – encontram meio de ganhar ainda 100 %. Em Veneza, pelo contrário, em 1513 a penúria de especiarias é tal que os mercadores de Viena suplicam ao Imperador Maximiliano que as faça chegar de Portugal, e Veneza implora como favor o direito de comprar tôdas as especiarias chegadas a Portugal, o que o Rei recusa redondamente.

Albuque está então no apogeu. O Rei de Camboja, que necessita das mercadorias de Portugal, especialmente granza e cobre, oferece-lhe espontaneamente para a construção duma das suas queridas fortalezas o lugar que desejar. Dabul obedece porque necessita de cavalos.

(1) Esta indicação de preços, em francos, conserva-se apenas para mostrar a diferença de custo e revenda. (N. do T).

O Rei de Onor paga tributo, Batecala inclina-se servilmente e o Rei de Narsinga está à sua discreção. É isto que nos dizem os relatórios do fim de 1513 que no seu tom calmo traduzem a importância e solidez dos resultados adquiridos.

Entretanto, Portugal deslumbra a Europa graças às riquezas que Albuquerque lhe envia. Com efeito, é a 12 de Março de 1514 que se apresenta a famosa embaixada extraordinária enviada por D. Manuel ao Papa Leão X, espécie de magnífica parada indiana cujas atracções principais haviam sido mandadas por Albuquerque. Charamelas e trombetas precedem trezentos animais carregados de tapeçarias e sêdas da Índia. Depois vem um rei de armas *vestido de hũa roupa de pano douro com as armas do regno coroadas, e cercadas em torno de mui fermosas perlas e robis.* A seguir, cinqüenta fidalgos vestidos de brocado, cobertos de pérolas, e com estribos de ouro massiço. Segue-se um elefante vindo de Goa que conduz um cofre com os presentes do Rei, um cavalo persa montado por um caçador que leva à garupa uma daquelas panteras que usam os persas para caçar antílopes.

Quando o elefante chega em frente do Papa faz três genuflexões, e aspirando com a tromba enorme quantidade de água perfumada, preparada para esta circunstância, asperge o Santo Padre e todo o Sacro Colégio. Naquele momento Rafael é encarregado de fazer o retrato de tão galante animal, e lamenta-se a perda do rinoceronte que se afogara à vista de Marselha. O embaixador de D. Manuel declara ao Papa que Portugal fazia holocausto de todos seus reinos e os punha aos pés da Cidade Eterna, e o enviado do Imperador que assistia à

cerimónia escreve: ... *Nunca a nenhum Papa da Igreja Romana foram apresentados tão ricos, nem tão formosos ornamentos, nem tão preciosos.*

Assim era consagrada a grandeza da obra e do homem a quem era inteiramente devida.

V

Os últimos anos — A decadência

Albuquerque, contudo, não está satisfeito. O revés de Adem persegue-o; necessita duma desforra, quere assegurar enfim o domínio do Mar Roxo, e a 20 de Fevereiro de 1515 põe-se de novo a caminho. Tem 53 anos, 5 feridas e 39 anos de campanha.

Começa por Ormuz que nunca deixou de o desafiar. O velho rei e o seu ministro Cogeatar morreram, mas o novo sultão caiu totalmente sob a influência de Reys Hamed, devotado inteiramente aos persas. Êste, para ganhar tempo, lança-se imediatamente na intriga. Albuquerque convoca-o para uma entrevista no fortaleza, e os seus capitãis massacram-no a golpes de adaga com tal fúria que se ferem uns aos outros. Os partidários do assassinado revoltam-se: Albuquerque domina a sedição, consolida o rei no trono, arranca-lhe 40.000 xerafins e confisca-lhe tôda a artilharia da qual pode necessitar, diz êle, para combater os turcos. De-ora-àvante é esta a liberdade de Ormuz, possessão portuguesa até 1621.

Mas Albuquerque não gosará êste triunfo que coroa a sua obra. Em Setembro adoece e fica onze dias sem aparecer. Em Novembro, depois de se despedir como-

vidamente dos seus capitãis, que ficam sob as ordens de seu sobrinho Pero de Albuquerque, para guardar a fortaleza, embarca na *Flor da Rosa* para ver pela última vez aquela Índia a que votara a vida. No caminho sabe que as intrigas dos seus inimigos deram resultado e que uma armada de doze navios chega a Goa com sucessor designado, Lopo Soares de Albergaria. Acompanha-o Diogo Mendes de Vasconcelos que assim se vê completamente vingado.

Demos aqui a palavra a Braz de Albuquerque, seu filho ilegítimo, que nos célebres *Comentários* nos deixou um relato sóbrio e intenso dos últimos instantes do conquistador:

«Afonso Dalboquerque como soube, que era chegado outro governador, e seus inimigos muito favorecidos delRey, alevantou as mãos, e deo graças a Nosso Senhor, e disse:

«Mal com os homens por amor delRey, e mal com Elrey por amor dos homens, bom he acabar.

«... e tendo já feito seu testamento, em que se mandava enterrar na sua capella, que tinha feito em Goa, que elle ganhára aos mouros, fez huma cedula, em que mandou que os seus ossos, depois da carne gastada, se trouxessem a Portugal...

«... E neste tempo estava já tão fraco, que se não podia ter em pé, pedindo sempre a Nosso Senhor, que o levasse a Goa, e ali fizesse delle o que fosse mais seu serviço; e sendo tres, ou quatro leguas da barra, mandou que lhe fossem chamar Fr. Domingos vigairo geral, e mestre Afonso fysico. E porque com a grande fraqueza que tinha não comia nada, mandou que lhe trouxessem hum pouco de vinho vermelho, do que viera aquelle anno de Portugal. Partido o bergantim para Goa, foi a não surgir na barra, sabado de noite, quinze dias do mez de Dezembro. Quando disseram a Afonso Dalboquerque que estava ali, alevantou as mãos, e deo muitas graças a Nosso Senhor por lhe fazer aquella mercê, que elle tanto desejava, e esteve assi toda aquella noite, (com o vigairo geral, que era já vindo de terra, e Pero Dalpoem secretario da India, que elle deixou por seu testamenteiro,) abraçado com o crucifixo; e falando sempre, disse ao vigairo geral, que era seu confessor, que lhe rezasse a Paixão de Nosso Senhor, feita por S. João, de que fora sempre muito devoto, porque nella, e naquella Cruz, que era semelhança da em que Nosso Senhor padecêra, e nas suas chagas, levava toda a esperança de sua salvação: e mandou que lhe vestissem o habito de Sanctiago, (de que era commendador,) pera morrer nelle, e ao domingo huma ora ante menhaã deo a alma a Deos...»

Alguns dias antes, a 6 de Dezembro, Albuquerque tinha ditado o seu adeus ao Rei.

«Senhor. – Eu nam esprevo a vos alteza per minha mão, porque, quando esta faço, tenho muito grande saluço, que he sinal de morrer: eu, senhor, deixo quá ese filho per minha memoria, a que deixo toda minha fazemda, que he asaz de pouca, mas deixo lhe a obrigaçam de todos meus serviços, que he mui grande: as cousas da india ellas falarám por mim e por elle: deixo a india com as principaes cabeças tomadas em voso poder, sem nela ficar outra pendença se nam cerrar se e mui bem a porta do estreito; isto he o que me vosa alteza encomendou; eu, senhor, vos dey sempre por comselho, pera segurar de lá india, irdes vos tirando de despesas: peço a vos alteza por merce que se lembre de tudo isto, e que me faça meu filho grande, e lhe dê toda satisfaçam de meu serviço: todas minhas confianças pus nas mãos de vos alteza e da senhora Rainha, a elles memcomendo, que façam minhas cousas grandes, pois acabo em cousas de voso serviço, e por elles vollo tenho merecido; e as minhas tenças, as quaes comprey pela maior parte, como vosa alteza sabe, beijarlhey as mãos pollas em meu filho: esprita no mar a 6 dias dezembro de 1515.»

Antes mesmo de conhecer a nova da morte e de receber êste último adeus D. Manuel arrependeu-se. A 6 de Março de 1516 escrevia a Albuquerque para se manter nas paragens do Mar Roxo, se tivesse tomado Adem ou se as frotas sempre temidas do sultão ameaçassem os mares da Índia. Aliás, parece que o anúncio da morte de Albuquerque o comoveu vivamente, porque se apressou a cumprir a última vontade do morto. A 8 de Agosto de 1516, por um decreto acompanhado dos mais eloqüentes considerandos, dava a Braz de Albuquerque uma tença anual de 300:000 reis pagável a partir de Janeiro de 1517 e transmissível aos seus descendentes.

Em breve a lenda se apossou da sua memória e a enriqueceu com prestígio sobrenatural. Logo que os indígenas viram desembarcar o corpo exclamavam não ser possível que tivesse morrido, mas que Deus o chamara para maior emprêsa. Durante anos, vieram ajoelhar-se perante o seu túmulo e pedir-lhe reparação para seus infortúnios. O tempo não amorteceu êste culto. Era tão vivo ainda no fim do século que dava cuidados à Inquisição, e esta solicitou em 1593 a transferência do monumento erigido à memória de Albuquerque sôbre o frontespício da porta da ermida de Nossa Senhora da Serra, alegando que na própria porta da casa de Deus se tornara motivo duma verdadeira idolatria. Acabava em mito a mais gloriosa realidade.

*

* *

Desaparecida esta grande figura ficava o Império que criara. ¿Porque é que semelhante obra, tão fortemente construida, não sobreviveu ao seu fundador? A maior parte das causas de decadência existiam já no tempo de Albuquerque e foi necessário todo o seu génio para lhes neutralizar os efeitos.

As colónias sofreram uma regulamentação cada vez mais enredadora, que acabou por paralizar todos os esforços e iniciativas. A maior parte dos pequenos soberanos que comerciavam com Portugal tiveram de comprometer-se a conceder-lhe o exclusivo das exportações. A execução destas medidas foi levada tão longe, que, se havia produtos que excediam a procura, eram destruídos a-fim-de evitar a baixa de preços nos mercados europeus. As mercadorias tinham de ser concentradas nalguns portos, o que exigia descargas inúteis, longas e caras; tinham marcas especiais e deviam passar por intermediários autorizados.

Nenhum navio que não fôsse português podia comerciar com o Oceano Índico. É verdade, diz Barros, que há um direito comum a todos os que navegavam nos mares. Mas êste direito não vai além da Europa, e assim os portugueses, como senhores do mar, estão justificados pelo confisco dos bens daqueles que navegam os mares sem sua permissão. O Rei D. Manuel, agravando sem cessar estas regulamentações perigosas chegou a fixar o número de navios que haviam

de ir à Índia para não pejar o mercado. Ora êste número foi mantido depois dêle por uma rotina insensata.

Os navios indígenas não podiam afastar-se da costa e deviam munir-se dum *cartaz*. Os itinerários fixaram-se meticulosamente, estreitaram-se os vastos caminhos do mundo, e os navios navegavam no Oceano como num canal, sem direito a afastar-se da rota nem de parar no caminho. Se os negociantes desembarcavam no decurso duma viagem de cinco ou seis meses eram condenados a destêrro e ao confisco dos bens. Mais ainda: os particulares não podiam traçar nem possuir nenhuma carta das costas que se estendessem para lá do Congo. Trabalho perdido, porque os aventureiros franceses atingiram Samatra entre 1510 e 1520.

Ao mesmo tempo a frota portuguesa, por momentos a primeira do mundo, perdia pouco a pouco a sua superioridade. Os navios não eram renovados. Sobrecarregados de mercadorias e de homens, as epidemias causavam neles terríveis devastações, e à Índia não chegavam dois terços dos homens enviados de Portugal. Vasco da Gama voltara apenas com 55 homens dos 160 com que largara de Lisboa. Mas depois as perdas no mar tornaram-se relativamente fracas e a percentagem dos naufrágios diminuíu. Mais tarde atinge proporções enormes: a terça parte da armada perde-se em dez anos. O mar, diz Barros, desde o começo do descoberto foi o principal sepulcro dos portugueses. ¿Pois não consagraram êstes uma literatura à narração dos infortúnios do mar cujo conjunto constitui a comovente *História Trágicò-Marítima*?

À fúria dos elementos é necessário juntar também a da pirataria crescente, e em primeiro lugar, no

século XVI, a da pirataria francesa. Os corsários franceses dão aos portugueses golpes terríveis. ¡Em 1533 tinham capturado já 350 navios portugueses! Francisco I, que tinha direito a metade das presas, abstinha-se cuidadosamente de desalentar tão frutuosos empreendimentos, e respondia aos representantes de Portugal com a sua habitual desenvoltura, «que tinha necessidades para a guerra com a Inglaterra e a Itália». «Mostrem-me, dizia também, o testamento de Adão que partilha o mundo em duas metades, uma espanhola e outra portuguesa.»

O regime de desconfiança, de que falámos acima, não impediu de modo nenhum, antes pelo contrário, roubos e desvios sob todas as formas. Coisa curiosa, quando Albuquerque assinala o facto ao Rei, êste fecha os olhos e não responde. Após êle, houve governadores honestos e devotados, mas êstes viram-se completamente vencidos por um pessoal que, mal e irregularmente pago, não deixava de traficar por sua conta, à maneira dos russos de antes da guerra. Os governadores, de acôrdo com o serviço de matrícula, mantinham nas listas das guarnições os homens mortos ou desaparecidos pelos quais recebiam o sôldo. As mercadorias eram vendidas e transportadas às escondidas, por vezes em quantidade considerável.

Ora, a Metrópole espera, como se fôsse a salvação, esta contribuição aleatória dos mares da Índia, sujeita a tantas irregularidades e diminuída pelas fraudes. Bem longe de poder ajudar o nascente Império, é obrigada a viver à sua custa. Em cada página desta história observamos as dificuldades financeiras com que se defronta o Rei. Esta chaga do dinheiro é muito antiga, mas não deixa de agravar-se. A situação legada por D. Manuel

é tão séria, que o seu sucessor, D. João III, desanimado, em 1532 pensa em abandonar a conquista marroquina, a mais antiga da dinastia.

Os poucos lucros que restavam passam em breve a outras mãos por falta de organização financeira que regularize e fiscalize as trocas. ¿Aliás, que meios havia para organizar um sistema bancário sem reservas, com um capital inicial notòriamente insuficiente e em que as receitas estão de ante-mão hipotecadas? Só uma gestão extraordinàriamente prudente, à maneira holandesa, poderia constituir uma tesouraria capaz de alimentar e estabilizar as operações. Tal medida não condizia de modo nenhum com o temperamento português da época. Como os seus vizinhos espanhois – e é êste talvez o único traço comum às duas evoluções coloniais–, os compatriotas de Albuquerque embriagaram-se com o afluxo de ouro e de produtos preciosos, cujos nomes faziam cantar a sua imaginação e cuja realidade os enlouquecia de cubiça. Foi assim que pouco a pouco se tornaram prêsa de banqueiros flamengos e venesianos. A Sereníssima República vingava-se.

Simultâneamente com as dificuldades financeiras, a penúria de homens vai-se acentuando. Os fidalgos repudiam a glória que os não tenta já e o ganho que reputam duvidoso. O incidente que se produz em 1537 quando D. João III quere constranger os primogénitos de famílias nobres, os «morgados», a embarcar para a Índia, é bem característico. Os pais apresentam queixa à Mesa da Consciência, que julga a determinação real arbitrária e ilegal, porque a Índia não pode ser considerada como país fronteiriço no mesmo título que Marrocos, e demais «porque foi descoberta só para fazer

nela o comércio». Eis as grandes palavras proferidas menos de vinte anos depois da morte de Albuquerque. Quere-se a Índia para Pactolo, não se cuida de Império.

Já não se encontram pilotos, e os portugueses perderam o hábito de vencer, porque educados na languidez não podem quebrar os laços de flores que os cativam. Já não querem cingir a espada, suportar as vigílias, desafiar as tempestades, resistir desabrigados aos gelos do polo e aos fogos do Equador e viver de pão grosseiro que a fome faz saboroso e a fadiga tempera. Os últimos sobreviventes do período heróico são grandes aventureiros individuais, um Fernão Mendes Pinto, um Camões, e não fervorosos auxiliares duma emprêsa sistemàticamente guiada pela conduta e segundo as ordens do Rei.

À era dos conquistadores sucede a da evangelização. Os companheiros e émulos de S. Francisco Xavier vão inscrever no activo da sua pátria novas páginas de glória, mas é em nome de Cristo que se vão sacrificar d'ora-avante e todo o interêsse material será banido do seu apostolado. Sózinhos, os missionários portugueses penetram no Japão, e deixam lá um traço profundo a despeito de tôdas as perseguições e tentativas posteriores. ¿Não são ainda os descencentes dos portugueses, nos dias de hoje e em muitas regiões asiáticas, os únicos católicos verdadeiramente fieis ao seu culto? Mas ao lado da obra civilizadora dêstes padres tantas vezes admiráveis, a Inquisição exerce constrangimento e provoca deploráveis reacções.

As ordens religiosas instaladas na Índia acabam por tomar desproporcionada importância. ¿Pode-se confiar interêsses a estes piedosos mortais, que tranqüilamente

à sombra do santuário só meditaram nos interêsses do céu?, dizia Albuquerque. A rígida ortodoxia, a perseguição contra as seitas cristãs secularmente instaladas na costa do Malabar, e a luta contra as religiões indígenas, consumam pouco a pouco a quebra da tradição de tolerância e boa vontade recíprocas de que Albuquerque tinha sido, a-pesar-do ardor da sua fé, o primeiro a reconhecer a necessidade.

*

* *

Todavia, por muito doente e enfraquecido que estivesse, o Império subsistia ainda, e talvez pudesse regenerar-se se a própria metrópole não sucumbisse. Os sessenta anos de domínio espanhol em Portugal, a partir de 1580, acabaram de matar a Índia. O que pôs têrmo, e para sempre, à obra de Albuquerque, foi a derrota e morte de D. Sebastião em Alcácer-Quivir. Importa não o esquecer, se se quiser verdadeiramente prestar inteira justiça à epopeia colonial portuguesa.

*

* *

Tal é a obra de que aproveitarão os inglêses em Adem e depois na Índia, e os holandeses em Malaca e nas ilhas de Sonda. «Esta assembleia de esfomeados do mundo, diz o grande polemista e xenófobo Quevedo, longamente curvados sôbre um globo terrestre e sôbre uma carta náutica, transpondo com a ajuda dum compasso elementos e portos, escolhendo províncias nas

terras de outrem e roendo por diferentes lados o ocidente e o oriente», acabará por fazer sair os conquistadores do Oceâno Índico. Desde então, só se tratará de negócio e o preconceito da superioridade da raça branca afirmar-se-á. A imaginação já não intervirá, os olhos cerrar-se-ão, e não encontraremos na arte dos holandeses, em todos êsses quadros que os representam cercados de objectos artísticos, com suas mulheres e filhos, na sua casita aceiada e clara, nenhuma evocação dos países maravilhosos que encheram os seus cofres de riquezas. Nenhum dos seus poemas fará éco a êsses admiráveis *Lusíadas*, canção de gesta exótica penetrada pelo vento do largo e pelas nebrinas, escrita grande parte em Macau e salva a nado quando dum naufrágio ao largo da costa de Camboja, a única canção de gesta marítima e colonial.

Que vestígios persistem nos nossos dias da grande aventura portuguesa?

Em primeiro lugar vestígios materiais, como essas espantosas fortalezas ao longo da costa de África e do Oceano Índico, que permanecem como a armadura vasia dum capitão que muito batalhou e cujas cinzas foram lançadas ao vento.

Depois geográficos: foram os portugueses que presidiram ao baptismo de tantas «terrae incognitae» do longínquo oriente, como também em tôda a extensão do mundo revelado pelos descobrimentos; do Lavrador à Formosa e ao estreito de Magalhães, tôdas as nossas cartas repetem, apenas alterados, os nomes da sua língua.

E mais ainda, humanos: Ceilão e o Arquipélago Malaio falam ainda dialectos cheios de reminiscências portuguesas, e ilhotas inteiras de vélha cristandade recor-

dam sob os trópicos os primeiros evangelizadores. Inglêses e holandeses, como o azeite ao cimo da água, a maior parte das vezes afloraram apenas a superfície das massas que dominam, e por isso, após séculos de ocupação e exploração, não chegaram nunca a suplantar a lembrança dos seus predecessores.

É notável observar na África do Sul, por exemplo, quando se passa das colónias inglêsas para Angola, como imediatamente os indígenas parecem mais felizes, como vivem numa atmosfera que mais convém ao seu carácter, e como estão apegados a êste govêrno froixo mas complacente.

A arte, emfim, transmite-nos sempre viva a mais eloqüente mensagem desta epopeia. Aqueles que não podem apreciar no original às obras saborosas da literatura nacional em que se reflecte êste século de glória e de aventuras, conhecem pelo menos as obras singulares do estilo manuelino, verdadeiras flores tropicais que desabrocham à beira do Tejo e em diversas cidades do interior. Venesa conservara na sumptuosidade dos seus monumentos um reflexo da riqueza profana do Islam. Jacques Coeur, cuja imaginação se deixara seduzir pelos edifícios do Oriente,– que vira e melhor ou pior apreciara, porque a sua cultura era pouca – desejara erguer a estátua dum negro na tôrre de Bourges e esculpir plantas africanas e palmeiras sôbre as suas portas. Mas além, é uma arte tôda exótica que surge, com sua flora de troncos e trepadeiras que se susteem e se opõem, com a qual se misturam em verdadeiros caprichos decorativos, cordas, âncoras, vergas; e evocam se até os corais, as conchas e tôda a vegetação submarina que os fidalgos tantas vezes admiraram quando cruzavam longamente

entre recifes. Acima desta evocação desordenada, a Cruz parece flutuar acompanhando o escudo do Rei nos fechos de abóbada, sôbre todos os pontos nodais desta arquitectura dos últimos cruzados.

Ficou também dêste período heróico, nas colónias portuguesas, a desordem algumas vezes deleitável dum país desorganizado: são as colónias do pouco mais ou menos. São numerosos os lugares onde se passeia ou se pode passear. O passado mal recomposto surpreende a cada passo, e podemos encontrar-nos a cada volta em presença dum trecho de estampa colonial. A nostalgia do espaço e do tempo, esta amarga volúpia que nos faz apreciar o longe e até ao fim, a vaidade dos esforços e da vida, lá é que os experimentamos. Deixemos êstes sonhos coloniais e olhemos ao futuro.

As profecias são sempre arriscadas, e mais ainda no cáos em que vivemos. Pensamos sinceramente que Portugal não pronunciou a sua última palavra em matéria de evolução colonial. Com efeito, mais do que um testemunho atesta o esfôrço de ressurreição consagrado nos nossos dias às suas possessões distantes. Estatísticas e relatos não suspeitos de parcialidade mostram-nos algumas delas, e notàvelmente Angola, em via de rápida regularização. O ano transacto tôda a Europa pôde admirar em Vincennes a bela exposição portuguesa, monumento do passado e afirmação leal do presente. A atmosfera de indiferença ou de desconhecimento na qual os compatriotas de Albuquerque se sentiam tão injustamente sufocados dissipa-se pouco a pouco. Descobriram mundos novos, e o mundo os descobre agora a êles. Êste despertar da simpatia só pode estimular a nova acção que se empreende no momento.

À falta de alimento exterior, o orgulho dum povo recolhe-se em si mesmo e exaspera-se até à obsessão e à moléstia. Nasce assim uma psicose de recordações, susceptível e megalómana, cega perante o que é, e exaltada pelo que foi. A contemplação solitária dum passado de glória mata o sentido das possibilidades, o sentimento das proporções e da vida. Portugal de há meio século para cá sofreu muito dum estado de espírito de que só indirectamente era responsável. Mas ei-lo que desperta pouco a pouco e é possível que os compatriotas de Álbuquerque, os homens que realizaram uma epopeia tão grandiosa com tão fracos meios, tenham ainda grande papel a desempenhar.

ÍNDICE

ÍNDICE

	Págs.
DUAS PALAVRAS DO TRADUTOR...	7
I.– Portugal e a Índia no começo do século XVI	9
II.– As primeiras campanhas de Albuquerque	27
III.– Carácter de Albuquerque...	55
IV.– As concepções e a obra de Albuquerque	67
V.– Os últimos anos – A decadência..	91